

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

FRANCISCO ALYSSON DIAS DE MELO

**QUEM TEM MEDO DE LGBTI+?: UM ESTUDO DA LGBTFOBIA A PARTIR DA  
VISÃO DO GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CRAS TIMBAÚBAS EM  
JUAZEIRO DO NORTE- CE**

JUAZEIRO DO NORTE-CE  
2019

FRANCISCO ALYSSON DIAS DE MELO

**QUEM TEM MEDO DE LGBTI+?: UM ESTUDO DA LGBTFOBIA A PARTIR DA  
VISÃO DO GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CRAS TIMBAÚBAS EM  
JUAZEIRO DO NORTE- CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Esp. Jácса Vieira de Caldas.

JUAZEIRO DO NORTE- CE  
2019

FRANCISCO ALYSSON DIAS DE MELO

**QUEM TEM MEDO DE LGBTI+?: UM ESTUDO DA LGBTFOBIA A PARTIR DA  
VISÃO DO GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CRAS TIMBAÚBAS EM  
JUAZEIRO DO NORTE- CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Esp. Jácса Vieira de Caldas.

Data de aprovação \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

*Prof<sup>a</sup> Esp. Jácса Vieira de Caldas.  
Orientador*

---

*Prof<sup>a</sup>. Ms. Sheyla Alves Dias  
1<sup>o</sup> Examinador*

---

*Prof<sup>a</sup>. Esp. Jamille de Lima Vieira  
2<sup>o</sup> Examinador*

JUAZEIRO DO NORTE – CE  
2019

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria de Fatima e Francisco lima, por todo amor e dedicação, e aos meus amigos/as e professores/as que contribuíram para que eu conseguisse trilhar os caminhos até aqui.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, criador de todas as coisas. Aos guias espirituais, que me fazem acreditar em um mundo melhor, com amor mais ao próximo. Gratidão pela força e me ajudar a superar as dificuldades.

A minha Mãe, Maria de Fatima, e ao meu Pai, Francisco Lima por juntos me gerar, me amar e me incentivar sempre, me apoiar em minhas decisões, por sempre me transmitir sabedoria, ensinamentos e me mostrar que a importância do estudo. Sempre se dedicaram ao árduo trabalho para garantir o pão de cada dia. Essa conquista é minha e de vocês. Gratidão! Amo vocês!

Aos meus irmãos, Sanderson, Christian, Emerson e Lucimar, por fazer parte da minha vida e por me amar e me dar ânimo para seguir em frente dia após dia. Cada um com suas diferenças me fazem sempre ter orgulho de fazer parte dessa família, sou grato a cada um de vocês.

Ao meu companheiro, Ediomar Araújo, por todo amor e companheirismo durante o período da faculdade, me incentivando, encorajando e sendo compreensivo. Amo-te!

Aos amigos/as que a vida me proporcionou criar laços de amizade que sempre irei levar da faculdade para a vida, Francisca Cleide, Geraldo Barros, Gabriel Santos, Taciana Oliveira, que sempre estiveram na luta para construção do conhecimento.

A minha orientadora, Prof. Esp. Jácса Vieira de Caldas por toda atenção, carinho e responsabilidade. É um grande exemplo de pessoa e profissional. Agradeço pela paciência e disponibilidade, pelo apoio e confiança.

A todos que fazem parte do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Destacando aquelas que marcaram a minha caminhada durante o processo de formação, Márcia Teotônio, Maridiana Dantas, Cecília Bezerra, Elaide Mendonça, Dalva Ribeiro, Mônica Ivo, Rúbia Lóssio, Maria Clara, Jessyka Kaline, Pautília Ferraz, Rita Fabiana, Aldair Péricles, Reginaldo, Cristóvão Maia, Pedro Adjedan, agradeço por todos os ensinamentos, vocês contribuíram imensamente para a minha construção enquanto pessoa, estudante e profissional. Gratidão!

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação. Gratidão!

*"É preciso não ter medo. É preciso ter a  
coragem de dizer".*

***(Carlos Marighela)***

## RESUMO

O reconhecimento da existência da homo-lesbo-transfobia traduz o lugar de opressão destinado à população LGBTI+, impressa nas violações de direitos a ser superada no meio social, este trabalho tem como objetivo pesquisa sobre QUEM TEM MEDO DE LGBTI+, a fim de produzir um estudo acerca da temática, a partir da visão dos integrantes do grupo de diversidade sexual do CRAS Timbaúbas em Juazeiro do Norte- CE. Para tanto, é necessário analisar de forma crítica e dialética sobre os fatores sócio-determinantes que geram a homo-lesbo-transfobia, identificar a posição do Serviço Social sobre as demandas da população LGBTI+, e avaliar as Políticas Públicas destinadas a esse seguimento. O estudo contém três capítulos, primeiro contempla a trajetória social da construção pela visibilidade LGBT, além de identificar movimentos sociais e sua importância, e o posicionamento do serviço social com relação à temática. O segundo capítulo aborda a questão dos direitos destinados aos demandantes LGBTI+, com foco principal na política de Assistência Social. E por fim, o terceiro capítulo contempla as análises e resultados da pesquisa, onde foi analisada de forma crítica, numa perspectiva dialética, a entrevista realizada. Realiza-se, então, uma pesquisa bibliográfica e de campo, onde, através de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, e a coleta de dados a partir de entrevista semiestruturada com o grupo, tendo como universo da pesquisa 15 participantes, a amostra é de 75%, devido à quantidade reduzida de participantes. Diante disso, verifica-se que o Serviço Social tem papel importante no atendimento às demandas da população LGBT e necessita de profissionais alinhados com o Projeto Ético Político, bem como o Código de Ética da Profissão, para atuar na luta contra lgbtfobia. Compreendeu-se que existem grandes lacunas referentes ao papel do Estado, com a adequação de Políticas Públicas que verdadeiramente enfrente o preconceito e a discriminação por orientação sexual, porém identificamos avanços preciosos em algumas áreas, o que impõe a constatação, através das falas dos entrevistados, que a lgbtfobia é uma realidade e necessita ser criminalizada.

**Palavras-chave:** Lbtfobia, Violência, Política Pública, CRAS.

## ABSTRACT

The recognition of the existence of homo-lesbo-transphobia translates the place of oppression for the LGBTI + population, printed in the rights violations to be surpassed in the social environment, this work has as objective research about WHO HAS FEAR OF LGBTI +, in order to produce a study about the theme, based on the vision of the members of the sexual diversity group of CRAS Timbaúbas in Juazeiro do Norte - CE. Therefore, it is necessary to critically and dialectically analyze the socio-determinant factors that generate homo-lesbo-transphobia, identify the position of Social Service on the demands of the LGBTI + population, and evaluate the Public Policies for this follow-up. The study contains three chapters, first looking at the social trajectory of construction through LGBT visibility, in addition to identifying social movements and the positioning of social service. The second chapter behind the issue of rights for LGBT claimants, with a focus on Social Assistance policy. And finally, the third chapter contemplates the analysis and results of the research, where the interview was critically analyzed in a dialectical perspective. A bibliographical and field research is then carried out, where, through a qualitative approach of exploratory design, the data collection is based on a semi-structured interview with the group, with a sample of 15 participants. 75% due to the reduced number of participants. In view of this, it can be seen that the Social Service plays an important role in meeting the demands of the LGBT population and needs professionals in line with the Ethical Policy Project, as well as the Code of Ethics of the Profession, to act in the fight against HIV / AIDS. It was understood that there are large gaps regarding the role of the State, with the adequacy of Public Policies that truly face prejudice and discrimination based on sexual orientation, but we have identified some important advances in some areas, which requires verification through the statements of the interviewees , that lgbtobia is a reality and needs to be criminalized.

**Keyword:** Lbtobia, Violence, Public politics, CRAS.



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico I</b> - Gênero .....	686
<b>Gráfico II</b> – Orientação Sexual.....	697
<b>Gráfico III</b> – Idade .....	708
<b>Gráfico IV</b> – Estado Civil.....	718
<b>Gráfico V</b> - Escolaridade .....	729

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela I</b> – As causas da morte LGBTI no Brasil em 2016.....	664
---	-----

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura I</b> - LGBTFOBIA, Sangue colorido .....	63
<b>Figura II</b> - #SOMOS TODAS VERÔNICA .....	643
<b>Figura III</b> - Vidas trans importam, Dandara assassinada .....	665

## LISTA DE SIGLAS

**ABGLT** - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**BPC** - Benefício da Prestação Continuada

**BSH** - Brasil Sem Homofobia

**CE** - Código de Ética

**CF** - Constituição Federal

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**CNAS** - Conselho Nacional de Assistência Social

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especial da Assistência Social

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso

**FNAS** - Fundo Nacional de Assistência Social

**GGB** - Grupo Gay da Bahia

**GLBT** - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros

**INSS** - Instituto Nacional do Seguro Social

**LBA** - Legião Brasileira de Assistência

**LGBT** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

**NOB** - Norma Operacional Básica

**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social

**PNCDH-LGBT** - Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**PNDH** - Programa Nacional de Direitos Humanos

**PRONATEC** - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PSE** - Proteção Social Especial

**SEDES** - Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

**SUS** - Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I - “AMAR, AMAR SEM TEMER”: GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>17</b>
1.1 A (IN) VISIBILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTI+: NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL .....	18
1.2 “EU BEIJO HOMEM, BEIJO MULHER, TENHO O DIREITO DE BEIJAR QUEM EU QUISER”: MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL .....	25
1.3 “AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA”: SERVIÇO SOCIAL RUMO ÀS DEMANDAS DA POPULAÇÃO LGBTI+ .....	33
<b>CAPÍTULO II - “NENHUM DIREITO A MENOS, POR FAVOR!”: POPULAÇÃO LGBTI+ FRENTE AOS DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>39</b>
2.1 (DES) CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DEMANDAS DA POPULAÇÃO LGBTI+.....	40
2.2 “A GENTE QUER VIVER PLENO DIREITO”: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A POPULAÇÃO LGBTI+.....	49
2.3 “E VAMOS À LUTA!”: SUAS, O INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS 2004) .....	53
<b>CAPÍTULO III - ASPECTO METODOLÓGICO, DISCUSSÕES E ANÁLISES DA PESQUISA REALIZADA NO GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CRAS TIMBAUBAS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE.....</b>	<b>58</b>
3.1 CAMINHOS TRILHADOS PARA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	59
3.2 “EU NÃO OUÇO O MEU GRITO NA TREVA, O FIM QUE ME BUSCAR”: AS MARCAS DA LGBTFOBIA NO COTIDIANO .....	62
3.3 A FINAL QUEM TEM MEDO DE LGBTI+? A PARTIR DO ESTUDO DO GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CRAS TIMBAUBAS.....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho contempla o seguimento populacional LGBTI+, sua trajetória sócio histórica e organizacional como sujeitos de direitos. A discursão sobre a lgbtfobia tem se ampliado na sociedade, tornando-se objeto de amplos debates e reflexões, e tem revelado uma sociedade de cultura heteronormativa/patriarcal e induzida a preconceitos múltiplos.

A violência contra a população LGBTI+ encontra-se legitimada através dos discursos de ódio, produzidos principalmente por formadores de opinião de forte estrutura repressiva, como políticos e religiosos, e a invisibilidade é associada à falta de vontade e dedicação dos atores a do Poder Legislativo do sistema político brasileiro.

A escolha desta temática de pesquisa deu-se durante o processo de formação do ensino superior, ao identificar o seguimento como bandeira de luta, bem como a forma a qual me identifico frente a essa temática. Fica notório que o simples fato de existir como diversidade sexual é sinônimo de resistência. A homo-lesbo-transfobia , o preconceito, tem colocando em risco a vida da população LGBTI+.

O objetivo deste estudo é produzir um esboço acerca lgbtfobia, a partir da visão dos integrantes do grupo de diversidade sexual disposta no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situado no bairro Timbaúbas na cidade de Juazeiro do Norte- CE. Os objetivos específicos buscam analisar de forma crítica e dialética sobre os fatores sócio-determinantes que geram a homo-lesbo-transfobia, compreender a posição do Serviço Social sobre as demandas da população LGBTI+, e identificar de forma crítica as Políticas Públicas destinadas a esse seguimento.

O mesmo se desenvolveu a partir de dois tipos de pesquisa bibliográfica e de campo, onde, através de uma abordagem qualitativa de delineamento exploratório, tendo a coleta de dados a partir de entrevista semiestruturada com o grupo de diversidade sexual do CRAS Timbaubas, que tem 20 participantes, no dia da entrevista compareceram 15 participantes que responderam a entrevista. A amostra é de 75%, devido à quantidade reduzida de pessoas.

O trabalho dispõe de três capítulos. No primeiro, foi realizado um debate sobre o as questões que envolvem as relações de diversidade sexual e de gênero, identificando o os fatores sócio determinantes que imprimem as violações de direitos a ser superada no meio social, analisamos o contexto histórico do Movimento LGBTI+ no Brasil e sua importância social, e também inclui-se os aspectos da posição do Serviço Social relacionado com as

demandas da população LGBTI+, destacando os avanços que se inserem no trajeto histórico da profissão.

O segundo capítulo apresenta uma discussão acerca dos direitos sociais no Brasil, por meio da análise crítica do processo de formulação e implementação de políticas sociais que visem à promoção da cidadania e dos direitos humanos de um modo geral e mais especificadamente para população LGBTI+, considerando, as áreas de seguridade social (saúde, assistência social e previdência social), educação, trabalho e segurança.

E já que este trabalho se direciona ao campo da Assistência Social, deu-se mais ênfase a esta área, discorreremos sobre aspectos gerais e o funcionamento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, importantes desdobramentos na efetivação de direitos sociais, além de identificar o recente Conselho dos direitos LGBT, em Juazeiro do Norte- CE, e sua importância.

Já no último momento, no terceiro capítulo, apresentou-se a análise dos dados da pesquisa, de modo que foi necessário elucidar qual a visão dos sujeitos da causa e as respostas que são dadas as demandas que tendem a alargar, principalmente na conjuntura sombria que a política, a economia e a cultura estão experimentando no Brasil, que ideologiza a vida social e reproduz discursos de ódio contra minorias sociais, revelando estar na contramão da construção de uma sociedade democrática de direito.



## CAPÍTULO I - “AMAR, AMAR SEM TEMER<sup>1</sup>”: GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

*“Rubens! Não dá! A gente é homem/ O povo vai estranhar/ Rubens! Para de rir menino/ Se a tua família descobre, Eles vão querer nos engolir/ A sociedade não gosta/ O pessoal acha estranho /Nós dois brincando de médico/Nós dois com esse tamanho/ Rubens, eu acho que dá pé, esse negócio de homem com homem, mulher com mulher!<sup>2</sup>”.*

(MARIO MANGA, 1986)

No presente capítulo apresentamos debates e reflexões acerca da população LGBTI+, no que se refere às relações de gênero e diversidade sexual na contemporaneidade, identificando esse seguimento social e suas pautas na sociedade, bem como, o lugar de opressão direcionada a estes no reconhecimento da existência da homo-lesbo-transfobia, impressa nas violações de direitos a ser superada no meio social, com sua criminalização.

Analisa-se o contexto histórico do Movimento LGBTI+ no Brasil e sua importância social, no conjunto de reivindicações que, a passos lentos, incluem no meio social e encontram resistência por meio de grupos que buscam o não reconhecimento de direitos a essa população, principalmente por questões ideológicas e religiosas.

Com isso buscamos contextualizar sua trajetória histórica e a luta por políticas sociais que os inclua, e que pretenda principalmente oferecer instrumentos de combate, a fim de uma ruptura com essa cultura de ódio, entendendo-os cidadãos de direitos, na construção de uma sociedade justa e livre de preconceitos.

Trata-se também, da posição do Serviço Social relacionado com as demandas da população LGBTI+, destacando os avanços que se inserem no trajeto histórico, bem como no Projeto Ético Político e no Código de Ética da profissão nas questões da diversidade sexual, com uma agenda de luta por direitos para essa população.

---

<sup>1</sup> Trecho da música Flutua, composição de Johnny Hooker de 2017, que em resumo: ninguém pode dizer como alguém deve amar, abordando a liberdade de amar, retratando um casal homossexual e levantando a bandeira contra lgbtfobia.

<sup>2</sup> Trecho da música Rubens, do compositor Mario Manga de 1986, interpretada por Cassia Eller, que se retrata uma história de amor entre dois homens, onde expressa a dificuldade de aceitação da família e da sociedade.

## 1.1 A (IN) VISIBILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTI+: NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Discutir sobre gênero e sexualidade é um feito complexo, porém necessário para compreender como se dá às relações sociais construídas, que dá formas à cultura vivenciada na contemporaneidade compreendendo várias teorias e dogmas distintos e conflituosos.

Levando em consideração que mesmo com tantas ideias não é possível esgotar o assunto, pretendemos estabelecer certa organização de pensamentos a fim de analisar os reflexos gerados a sociedade e identificar pensamentos que coadunem informações a respeito da diversidade sexual e de gênero.

Atualmente, a discursão sobre diversidade sexual e de gênero tem se ampliado na sociedade, tornando-se objeto de críticas e estudo por diversos campos sociais, religiosos, científicos, políticos, econômicos e educacionais. Estando em constante transformação, esses aspectos produzem crenças e valores que acabam influenciando na vida cotidiana de cada indivíduo de diversas formas.

Alguns grupos da sociedade se debruçam sob o tema, orientados a compreender, explicar e contribuir para a aceitação dessa diversidade e outros grupos de esconder, ilegitimar, censurar e negar esta realidade que se explicita com o preconceito, discriminação, exclusão, violência que ceifam vidas.

Durante amplo período histórico a sexualidade esteve ligada a uma forte “estrutura repressiva”, assim como retrata Foucault (1988), em sua obra “A história da sexualidade 1: a vontade de saber”, que promove uma discursão sobre a Sexualidade e Gênero a partir do poder<sup>3</sup>, que regula a atividade humana.

Segundo Foucault,

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 100)

---

<sup>3</sup> Em Foucault, poder é um basicamente um conjunto de relações sociais construídas historicamente, onde as relações de poder se estabelecem por meio da disciplina.

Revelando assim, um processo histórico em que a sexualidade tem um reforço de controle ligada a moral usada, por exemplo, na religião (cristianismo ocidental), e entre outros meios que influenciou o pensamento sobre a sexualidade durante séculos.

O complexo processo de ideologização que se verifica nos discursos e ações de coibição da sexualidade, como indicam passagens bíblicas: “Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue é sobre eles” (Levítico 20:13, p. 94)

Aponta-se, portanto, que realidade a que se propõe tais mecanismos, que é o controle das relações sociais através do poder, a qual se deixam transportar de forma alienada, reforçado assim a manutenção da opressão aos sujeitos sociais. Os discursos criam um campo de conhecimento que se legitima como verdade, num movimento de produção e reprodução que incide sobre o pensamento e ações do cotidiano.

Segundo Foucault (1988), a discursão sobre sexo aumenta a partir do século XVIII, através do poder dessas instituições que visavam o controle do indivíduo, principalmente no que diz respeito a práticas sexuais.

Nesse sentido, intuiu-se o sexo a se revelar, de forma confessional, não com a intenção de promover uma ruptura com a moral e os bons costumes, ou condenação do sexo, mas como dispositivo de controle, as instituições deveriam falar cada vez mais, a fim de conceber as leis do sexo, onde a normalidade está na relação matrimonial - marido e mulher, sobre estrutura monogâmica, com objetivo de procriar, assim como sugere Mendes (2007).

Essa confissão estabelece uma relação de poder onde aquele que confessa se expõe e o que ouve, julga, redime, condena ou domina. Ao mesmo tempo coloca o sexo como segredo, “(...) o que é próprio das sociedades modernas, não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim de terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo” (FOUCAUT, 1999, p. 36 apud MENDES, 2007, p. 256).

O campo dos estudos sobre gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos 1970, simultaneamente com o fortalecimento do movimento feminista no país. É comum em discursões sobre a temática levar-se em consideração algumas concepções acerca da temática que, muitas vezes, causa confusão de ideias.

O que torna difícil a comunicação entre aqueles que se inteiram sobre a temática e os que recebem as mais diversas informações midiáticas, religiosas, ideológicas contrárias a manifestação da liberdade sexual e de gênero é, justamente a desinformação e a informação obscurantizadas por estes meios que reproduzem as ideologias contrárias ao instituído.

Ao longo do tempo o debate que permeiam entre a permissibilidade, o sexo, o amor, o desejo, a reprodução humana, que atravessam tempos, lugares e modos, também revela uma sociedade sexualmente desigual.

A biologia revela o que é macho e fêmea, “pequenas: espermatozoides, logo, macho; grandes: óvulos, logo, fêmea e só. Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino” (JESUS 2012, p.8), e a partir dessa leitura a sociedade dissemina que os órgãos sexuais definem o indivíduo como homem ou mulher.

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. Gênero é classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres, orienta papéis e expressões de gênero, independe do sexo, e a Expressão de gênero é forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive. (JESUS, 2012, p.12)

Portanto, quando se fala de gênero, refere-se aos processos sociais e históricos nos quais os indivíduos se constroem e se reconhecem enquanto homens ou mulheres.

Aqueles que concebem homem e mulher sobre a ótica apenas biológica, distancia da célebre afirmativa, tão discutida da autora Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, onde elucida a luta feminista, provocando amplo debate a respeito do papel da mulher na sociedade.

É importante perceber que desde muito cedo, até mesmo antes de nascimento, o indivíduo já se está destinado a cumprir um papel social relacionado ao sexo masculino ou feminino e sistematicamente está disposto ao esperado pós-parto.

Há uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc. Conforme o gênero, também há modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, ensinar, dirigir o carro, gastar o dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades. (HEILBORN e ROHDEN 2009, p. 40)

Nesse sentido, compreende-se que depois que se descobre o sexo do bebê, os pais induzidos pela sociedade, já lhe impõem que cor será seu quarto, suas roupas, quais os brinquedos deverão entreter, e ao longo das fases da vida se torna complexo, pois é cobrado que esse padrão social seja garantido através de ações que não ultrapasse os limites socialmente estabelecidos.

Antes as relações amorosas e sexuais eram tidas como pecado, na história moderna e contemporânea, o campo científico e social produziu saberes sobre a normalidade ou anormalidade da sexualidade humana.

Foucault (1988) revela a ameaça de ser denominada como processos patológicos, desvio de conduta sexual, levando a religião e a ciência a intervirem para a “cura” e “normalização” de desse processo, que coloca na linha de frente do dito desvio de conduta sexual a população LGBTI+, que evidentemente sofreu e sofre as diversas agruras no decorrer da história. A sexualidade então divide as pessoas entre normais e anormais.

Como indica TREVISAN (2000 p.34), a ótica sobre a população LGBTI+ não deveria partir do intuito de descobrir as causas de ser, que é historicamente buscado por cientistas quase que obcecadamente, principalmente a partir de 1990, com teorias geneticistas sobre as causas da homossexualidade.

Na metade do século XIX, um militante da causa Karl-Maria Kertbeny em 1869, criou o termo “Homossexualismo”, na intenção de legitimar biologicamente e isentar de culpa os que o são homossexuais. O conceito foi apropriado pela sexologia para definir a perversão sexual e personalidade anormal. (TREVISAN, 2000).

[...] partindo do ponto do pressuposto eugênico de que os homossexuais eram anormais incuráveis, como os loucos e aleijados, o nazismo estigmatizou-os com o triângulo rosa e determinou sua eliminação como corolário obrigatório para a boa saúde de sociedade. Tal postura corresponderia, no estado tecnológico atual, à possibilidade de identificar bebês homossexuais ainda em embrião para abortá-los – imitando a prática da Índia de interromper a gravidez quando se trata de feto feminino. Pior: há também a hipótese assustadora de utilizar a manipulação genética para evitar antecipadamente que bebês apresentem “desvios” de sexualidade. [...] como não há consenso sequer entre os cientistas, por enquanto a proposta de determinação genética restringe-se ao campo da mera especulação. (TREVISAN, 2000, p. 34)

Existe também a ideia de que ser lésbica, gay, bissexual, travesti ou transgênero é uma opção sexual, sem levar em consideração sua tendência interior, onde seria opcional revelar a

nível social sua sexualidade, mas não de desejarem homossexualmente, pode-se, portanto refutar essa ideia partindo da análise, até mesmo partindo de senso comum, ao se observar que é algo tão natural, e até mesmo os sujeitos declaram certa naturalidade.

Deve-se, no entanto, analisar sob a perspectiva do “fato consumado, sem precisar de justificativa causal”, como indica Tresivan (2000 p.34), ou seja, com os dados da realidade, da vivência das pessoas., levando em consideração a construção do ser.

Os conceitos relevantes sobre da população LGBTI+, contribui para a compreensão desta identidade coletiva, assim sendo, a pesquisadora Jesus (2012) construiu um e-book intitulado: **ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS**, onde trás os termos inclusivos para as populações. O termo LGBTI+ é,

Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/queer. No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas queer e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuados). (JESUS, 2012, p. 17).

Em relação às definições, Homens e mulheres homossexuais “(...) são o que se atraem afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica”. Bissexuais são as pessoas que “(...) se atraem afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero.”

Já as pessoas transexuais “(...) abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.” As travestis “(...) vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero.” (JESUS, 2012).

“Carlos amava Dora que amava Lia, que amava Léa, que amava Paulo, que amava Juca, que amava Dora, que amava Carlos...” (Flor da Idade – Chico Buarque, 1973)<sup>4</sup>.

A canção de Chico Buarque escrita no período de Ditadura Militar faz alusão a diversas formas de amar, sem restringir o amor apenas de homem e mulher, onde a intenção é

---

<sup>4</sup> Trecho da música Flor da idade do compositor Chico Buarque de Holanda, de 1973, cesurada pela Ditadura Militar.

revelar o amor com a liberdade numa relação de fluidez. Remete, portanto, a resistência criativa dos artistas que lutaram e denunciaram a desigualdade social, reivindicando a democracia em um momento de tensão a qual vivenciavam naquela época de autoritarismo pungente em uma sociedade corrosivamente conservadora.

As relações de gênero como já dissemos, decorrente do processo de construção social do masculino, feminino e do não gênero, implicam na contemporaneidade em sua relação não só afetiva, mas se expressão de forma contundente nas relações de trabalho, educação, segurança, saúde, lazer, família, ou seja, em sua relação com o mundo.

Pode-se então afirmar que, as expressões da sexualidade não heterossexuais, e as expressões de gênero que não se enquadre no padrão socialmente aceito, transportam essas identidades para um lugar distinto na cultura, que é o lugar de opressão, e isso fica muito claro quando se verifica a realidade desses seguimentos, que fazem parte de vez em quando dos noticiários.

“Joga pedra na Geni! Joga pedra na Geni! Ela é feita pra apanhar! Ela é boa de cuspir! Ela dá pra qualquer um! Maldita Geni!...” (Geni e o Zepelim – Chico Buarque, 1978)<sup>5</sup>.

Outra Canção escrita por Chico Buarque direcionada a personagem Geni, que para analistas ou é uma travesti, ou o personagem que possui características femininas, no musical Ópera do Malandro como foi representado, retrata em música uma realidade brasileira sobre a população que se reconhece transgênero, travesti, ou possui característica femininas. Apedrejada, Geni reconstrói no seu sofrimento o preconceito, discriminação e ódio diário vivenciado na sociedade.

Segundo a TGEU (Trasngender Europe, 2016)<sup>6</sup>, rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de travestis e transexuais, O Brasil matou ao menos 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, o que o deixa, disparado, no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas.

<sup>5</sup> Trecho da musica Geni e o Zeplim do compositor Chico Buarque de Holanda, de 1978, cesurada pela Ditadura Militar.

<sup>6</sup> A Transgender Europe (TGEU) é uma rede de diferentes organizações de pessoas transexuais, transexuais, de gênero de combate a discriminação e apoio aos direitos das pessoas trans, fundada em 2005 em Viena durante o 1º Conselho Europeu de Transgêneros como "Rede Europeia de Transgêneros" e atualmente é uma ONG registrada como "Transgender Europe".

O que indica sobre a realidade descrita em noticiários e meios de comunicação diversos, “A Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, após agressões com chutes e golpes de pau, foi assassinada a tiros”, segundo o secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, delegado André Costa: "Depois das agressões, levaram-na até outro local, próximo de onde foram gravado por câmera de um celular. Como é visto nas imagens, ela foi brutalmente, assassinada através de um disparo de arma de fogo."<sup>7</sup>

O sofrimento não é só com a guerra interior travada por aqueles que não se identificam com o papel de gênero esperado pela sociedade, mas também pelo medo da família, da escola, do trabalho e todos os que interagem socialmente.

Segundo Bento (2011), “as violências cometidas contra as pessoas LGBTI+ são múltiplas e cruéis, pois se convence que são pessoas inferiores, o que faz inferir que ultrapassar os limites de gênero socialmente aceito é colocar-se em posição de risco”. As notícias de pessoas transexuais e travestis assassinadas no Brasil sem que haja apuração e punição dos/as culpados/as, e nitidamente por questão de homofobia com crueldade são alarmantes.

A autora ainda indica que “acaba-se produzindo uma hierarquia das mortes: algumas merecem mais atenção do que outras”, onde o critério de definição está na conduta da vítima em vida. A realidade demonstra que casos de pessoas transexuais e travestis ocupam parte considerável dos assassinatos e impunidade.

A questão do privilégio se evidencia ao verificar-se a possibilidade de se reivindicarem direitos que se restringe a um grupo muito reduzido de sujeitos como afirma Bento (2016, p. 64): “são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica, intelectual e política”.

O que denuncia a dificuldade de acesso aos direitos, pois o afastamento de pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Onde a cor da pele, a identidade sexual e afetiva, o gênero, a posição social e econômica, se fazem mais importantes do que a do ser humano, que, aliás, esse seguimento populacional é mantido no imaginário social como não-humanos, o que explica a censura ao direito.

---

<sup>7</sup> Noticiário da g1.globo.com : Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará.



## 1.2 “EU BEIJO HOMEM, BEIJO MULHER, TENHO O DIREITO DE BEIJAR QUEM EU QUISER<sup>8</sup>”: MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL

A importância dos Movimentos Sociais que se direcionam as pautas da população LGBTI+ se evidencia para além da inserção do debate sobre o tema no âmbito das profissões, ainda mais, na luta por direitos que lhes são contestados e por questão de sobrevivência da população.

Seguir com medo não só da rejeição por parte da família, da solidão, mas de um conjunto de ameaças da própria sociedade que insiste em retroagir a ideologias arcaicas e/ou ser ludibriada por crenças infundadas sobre a diversidade sexual, e por ignorância e cultura machista que incitam o ódio direcionado a essa população.

O movimento LGBTI+ tem sido atualmente o elo de libertação para as pessoas que necessitam de apoio moral, social e profissional contra as diversas ameaças que sofrem na sociedade, como anteriormente mencionado, preconceito, discriminação, exclusão, violência que ceifam vidas.

Os movimentos sociais, segundo Azevedo (2010), ao fazer uma descrição histórica das principais conquistas sociais, a maioria decorreu de grandes mobilizações da sociedade civil, tem grande influência e formam organizações destinadas para um determinado assunto comum.

Os movimentos sociais:

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p. 44).

Segundo o autor os movimentos sociais diversos sempre existiram, principalmente nos grandes centros urbanos. No Brasil existem muitos movimentos sociais, em destaque o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

---

<sup>8</sup> Palavras de ordem dos movimentos sociais que lutam pela causa LGBTI+ no Brasil.

(MSTS) e os movimentos em defesa dos índios, negros, mulheres e o movimento LGBTI+, e outros.

Em 28 de Junho de 1969, em um bar chamado Stonewall in, situado em Nova York, conhecido popularmente por ser frequentado por pessoas homossexuais, foi invadido por policiais que agrediram e prenderam pessoas no local, o que originou manifestações contra a lgbtfobia, essa data ficou conhecida como “Dia do orgulho Gay” que mais tarde se iniciou um movimento chamado de Parada do Orgulho LGBTI+, que atualmente ocorre em vários lugares do mundo, inclusive por todo o Brasil<sup>9</sup>.

No Livro —Stonewall: the riots that sparked the gay revolution!, o historiador David Carter afirma que há um amplo consenso de que foi essa rebelião que marcou o início do Gay Rights Movement (em tradução livre, movimento pelos direitos gays). Uma das consequências de Stonewall foi a criação de dois grupos que desempenharam um papel importante na história do movimento LGBT: o Gay Liberation Front (GLF) e o Gay Activists Alliance (GAA). (POLITIZE, on-line, 2017).

Como indica Ferrari (2003), no final do século XX, teve início na Europa os Movimentos que defenderam os Direitos dos Homossexuais, tendo como principal objetivo a não criminalização da homossexualidade e a luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais.

Já no Brasil, o movimento LGBTI+ se fortaleceu a partir de pequenas reuniões que eram feitas em espaços públicos e sociais como bares, praças, boates, clubes, etc... Nos anos da década de 1970, onde o país passava por uma obscura forma de governo que era o regime militar ou a ditadura (1964-1985),

As prisões de homossexuais eram frequentes, sendo justificadas por atentado ao pudor ou outros subterfúgios legais. Mesmo que não fizesse parte do código penal, a homossexualidade era objeto de tratados (e tratamentos) médicos, assim como condenada pela Igreja Católica. (NARDI, 2013, p. 18)

Na realidade brasileira dos anos 1970, sob a visão da autocracia burguesa, mesmo com a desistência de alguns militantes na luta armada e contestação cultural encontram-se lacunas na repressão política e social. A homossexualidade adquiria então um papel revolucionário, como afirma Mendes (2010).

---

<sup>9</sup> Ver em site: [politize.com.br](http://politize.com.br): CONHEÇA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO PELOS DIREITOS LGBTI+

Ainda na década de 1970, surge no Brasil o jornal *Lampião*<sup>10</sup>, primeiro veículo da imprensa a tratar sobre os direitos e crimes sofridos pelos homossexuais. Depois do surgimento deste jornal vieram também outras iniciativas que fizeram fundar grupos de apoio para essa classe. À medida que avançava o processo de redemocratização surgiram diversos movimentos sociais em defesa de grupos específicos e de liberdades sexuais.

Deve-se salientar a importância da luta feminista no sentido da participação da vida pública durante o processo histórico, em que o privado, enquanto papel primordial, na lida com os afazeres domésticos já não lhes trazia igualdade de gênero, a participação na vida pública deveria ser também ocupação das mulheres, como aponta Farah (2004, p. 86, apud RIBEIRO, 2004, p.26).

O movimento feminista caracteriza-se principalmente pela luta da igualdade de gênero, discutir o papel da mulher na sociedade e a opressão feminina em um mundo dominado pelo homem, o que se entende, por exemplo, sobre a relação e o público x privado instituído pelo patriarcado,

No homem não há nenhum hiato entre a vida pública e a vida privada: quanto mais ele afirma seu domínio do mundo pela ação e pelo trabalho, mais ele se revela viril; nele, os valores humanos e os valores vitais se confundem; ao passo que os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com a sua feminilidade, porquanto se exige da “verdadeira mulher” que se torne objeto, que seja o outro. (BEAUVOIR, 1980 p. 308).

Por tanto, se compreende essa distinção do papel social, histórico e cultural construído ente homem e mulher, numa visão que direciona as atividades da vida cotidiana, com a figura feminina associada à ideia de fragilidade, objetivada e depende da figura masculina, “recatada e do lar”, enquanto o homem seria o detentor do poder, força e sucesso e mais livre na sua relação com o mundo.

Na construção da família nuclear tradicional, atribui-se ao pai (macho) a função de prover o sustento do grupo familiar e à mãe (fêmea) as funções do cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. No entanto, na contemporaneidade compreende-se maior flexibilidade desses papéis, sofrendo importantes modificações ao passo que a realidade apresenta além da inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho, a diversidade de arranjos familiares.

---

<sup>10</sup> O jornal *Lampião*, editado no Rio Janeiro em 1978 por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais na pretensão de formar alianças com outras “minorias” para tratar sobre os temas relacionados a homofobia.

Deve-se ainda compreender que a amplitude da luta feminista não se encerra apenas na equidade de gênero, é também a tentativa de emancipação humana, política e social. No decorrer da história é incontestável que a luta das mulheres é um desafio, e as pautas levantadas são basicamente o direito à vida política, educação, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho e, também na contemporaneidade por questão de proteção diante do feminicídio crescente.

Como afirma Heilborn e Rohden (2009 p. 40), “o conceito de gênero, hoje em dia corrente nas páginas de jornal e nos textos que orientam as políticas públicas, nasceu de um diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas e as pesquisadoras”.

O Grupo Somos<sup>11</sup> em São Paulo, é reconhecido como precursor da luta homossexual, atualmente o movimento agrega lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, pautando a homossexualidade como tema político. Logo após surge o Somos/RJ, o Grupo Gay da Bahia, o Dialogay de Sergipe, o Atobá e Triângulo Rosa no RJ, o grupo Lésbico – Feminista de São Paulo, Dignidade de Curitiba, o Grupo Gay do Amazonas e etc.

É possível perceber que, entre o início dos anos 1980 e hoje, o movimento LGBT tornou-se um dos mais expressivos e visíveis do país, conseguindo pautar a questão dos direitos sexuais relativos ao que vem sendo chamado de orientação sexual e identidade de gênero em praticamente todas as instâncias da vida social: os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os sistemas de educação, segurança e saúde, os meios de comunicação de massa, as universidades, outros movimentos sociais, sindicatos e associações profissionais, os partidos políticos, as igrejas, entre outros. (AVELAR; BRAZ; FREITAS; MELLO, 2012, p. 152).

Na década de 1980, porém, com a grande contaminação de pessoas com a AIDS, faz diminuir drasticamente o número de grupos envolvidos na causa do LGBTI+, o governo brasileiro apoiou mobilizações da população homossexual masculina na prevenção da doença. As demandas desses grupos ampliaram a discussão e, conseqüentemente, redirecionaram as estratégias da prevenção e do cuidado das pessoas em relação ao IST/Aids. (LOURO, 2011).

Apresentada, inicialmente, como o ‘câncer gay’, a doença teve o efeito imediato de renovar a homofobia latente da sociedade, intensificando a discriminação já demonstrada por certos setores sociais. A intolerância, o desprezo e a exclusão – aparentemente abrandados pela ação da militância

---

<sup>11</sup> Criado em 1978 por James Green, historiador e militante LGBTI+, o grupo durou três anos, e foi reconhecido pela sua luta à visibilidade LGBTI+ no país. É a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil

homossexual – mostravam-se mais uma vez intensos e exacerbados. Simultaneamente, a doença também teve um impacto que alguns denominaram de ‘positivo’, na medida em que provocou o surgimento de redes de solidariedade. O resultado são alianças não necessariamente baseadas na identidade, mas sim num sentimento de afinidade que une tanto os sujeitos atingidos (muitos, certamente, não-homossexuais) quanto seus familiares, amigos, trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde, etc. (LOURO, 2011, p. 05)

Mendes (2010) ainda afirma que nos anos 1990 as parcerias com o Estado em relação ao combate à AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis consolidaram-se e deram força ao aumento de grupos ativistas, principalmente de lésbicas e de travestis, elevando assim a diversificação e a incorporação dos vários indivíduos do movimento homossexual na atual sigla LGBTI+, lançando campanhas pelo reconhecimento legal das relações homossexuais e pelo enfrentamento à discriminação e à violência contra os mesmos, popularizando o termo “homofobia”. É o momento de surgimento e consolidação das Paradas do Orgulho LGBTI+.

As redes escapam, portanto, dos contornos da comunidade homossexual tal como era definida até então. O combate à doença também acarreta um deslocamento nos discursos a respeito da sexualidade – agora os discursos se dirigem menos às identidades e se concentram mais nas práticas sexuais (ao enfatizar, por exemplo, a prática do sexo seguro). (LOURO, 2011, p. 05)

A AIDS segundo Tresvian (2000) realizou uma proeza, “deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum”. Em 1990, o movimento LGBTI+ ganha novos rumos tendo encontros anuais e crescentes, com apoio de programas estatais de combate a AIDS e outras IST’s. E também um conjunto mais amplo de reivindicações.

Ler, estudar, ter conhecimentos sobre o público constituídos por LGBTI+, é importante, pois assim se entendem melhor como essas pessoas se sentem quando são discriminadas, expostas e tem seus direitos violentados.

Conquistas importantes para a sociedade são realizadas através dessas lutas, para o seguimento da população LGBTI+, fez-se denunciar a ausência de bases científicas para a categorização da homossexualidade como doença, e em 1985 foram retirados do rol de patologias pela Associação Psiquiátrica Americana da Classificação Internacional de Doenças (CID), e em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a ter o

mesmo entendimento, onde se registrou essa data através de Decreto Presidencial de 4 de junho de 2010, como o Dia internacional da luta contra a homofobia.<sup>12</sup>

Entretanto, com relação à transexualidade, houve muita resistência para retirar do CID onde se encontrava na categoria de distúrbio mental, apenas de que no dia 18 de Junho de 2018, a OMS divulgou a a reclassificação do seguimento para uma categoria chamada “saúde sexual”.<sup>13</sup> O que é considerado um passo importante para a visibilidade da população trans.

Na atualidade o Movimento LGBTI+ vem atuando, principalmente, através de mobilização nas ruas, com a parada de visibilidade LGBTI+, e também com a participação política, com representantes parlamentares comprometidos com a causa, na tentativa de garantir a implementação de políticas públicas de combate a homofobia.

Essa participação na sociedade tem se dado também por meio de fóruns e conferências, conselhos municipais, estadual e nacional em prol da diversidade de gênero. As pautas de lutas do Movimento LGBTI+ no Brasil tem sido a criminalização da lgbtfobia, e também envolve um conjunto amplo de reivindicações, como a adoção de crianças, a mudança do nome em documentos de identidade para o nome social e casamento.

O Estado tem a potencialidade para esse combate, partindo do reconhecimento da população e os índices de ataques e mortes a esse seguimento. Na Constituição Federal de 1988, no seu título V, capítulo III, e Artigo 144 estabelece que a segurança pública “é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988).

No Brasil, especificamente na década de 1990, se começa a ter uma maior visão sobre os indivíduos transexuais e travestis, principalmente por conta de constantes violências contra pessoas que se diziam ser simpatizantes desses movimentos. Diante disso no ano de 1995 é fundada Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) em Curitiba, onde são inseridas as lésbicas e as travestis, essa entidade foi considerada a maior em proporcionar a defesa dos direitos LGBTI+ da América Latina, ela ainda existe e atua pela viabilização da livre orientação sexual, pela liberdade, justiça social, democracia, pluralidade e diversidade de gêneros.

De acordo com o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, ou seja, qualquer

---

<sup>12</sup> DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, um manual para diagnóstico de doenças mentais utilizado no mundo todo.

<sup>13</sup> Trata-se de noticiário disponível no site G1.com sobre retirada da transexualidade da lista de doenças mentais.

pessoa que esteja inserida na sociedade pode adquirir o direito de ser assistido pela política da assistência social.

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuiu com o sistema previdenciário ou não. (YASBECK, 1997, p.13).

Mas, no entanto, esse benéfico é prioritário para os cidadãos que estejam em situação de risco social ou pessoal, que tenham seus direitos violados, fragilizados ou até mesmo rompidos. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social:

Outra importante conquista se refere à implementação do Brasil sem Homofobia, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual<sup>14</sup>, um marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. Reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais duramente conquistados. O programa tem como principais ações:

Apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; A capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; A disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; E o incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (BRASIL, 2004, p.11).

Porém, se faz necessário que se compreenda os agravantes da violência contra as minorias, onde o que se observa é a inferiorização do indivíduo de acordo com as classificações sociais que fazem parte das características individuais estigmatizadas, sejam físicas, econômicas, sociais, culturais, de gênero e de afetividade, pois, quando se é mulher, pobre, LGBTI+, negro, aumenta-se a possibilidade de ter os direitos violados, sofrer violência e ter a vida ceifada. Assim,

---

<sup>14</sup>Ver em Ministério da Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em 2019.

O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa. (BENTO, 2011, p. 554).

A violência por tanto, é um dos maiores desafios do movimento LGBTI+, e deve ser compreendido como tema central para o ativismo, ao passo que é um problema do campo da segurança pública, e é necessário através de políticas públicas dar importância a esse seguimento, visto que existe um contexto do desrespeito, intolerância, impunidade e violência cotidianas. Que para AVELAR et al. (2012), a indignação e a convicção do direito a cidadania deve que sustentar o movimento LGBTI+ na luta pelo seu reconhecimento e legitimidade.

Em 2019, dentre outras pautas, a criminalização da homofobia é discutida por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), “A homofobia não é um crime tipificado na legislação penal brasileira. As ações visam a criminalizar a homofobia em casos de ofensas, agressões e qualquer discriminação causada por orientação sexual do indivíduo<sup>15</sup>”.

É necessário que exista uma legislação para punir a prática a violência física, discursos de ódio e homicídios por causa da orientação sexual ou identidade de gênero, levando em consideração a desproteção desse seguimento.

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e pelo Partido Popular Socialista (PPS) promoveram as ações solicitando que o Supremo declare o Congresso Nacional omissivo por não ter votado um projeto de lei que criminaliza a homofobia. É solicitado ainda que a Corte dê um prazo final para que os parlamentares aprovem uma legislação criminal.

As consequências para quem pratica a homo-lesbo-transfobia estão dispostas pelos proponentes da ação: O agressor pode ser preso com pena de reclusão de um a cinco anos, mas também, poderá cumprir a pena com multa ou prestação de serviço à comunidade. O argumento dos proponentes da ação é de que, como a lei prevê cumprimento da penalidade alternativa. As ações ainda pedem que a lei antirracismo seja usada para criminalizar a homofobia, enquanto os parlamentares criam uma lei específica, essa lei antirracismo prevê pena de prisão para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito. (ESTADÃO, 2019).

---

<sup>15</sup> Disponível em: [estadão.com.br](http://estadão.com.br)



Em relação ao Cariri, existem alguns movimentos sociais que se ocupam na luta, por diversas causas das minorias sociais, podem-se elencar algum como o Levante Popular da Juventude, Associação de Defesa, Apoio e Cidadania dos Homossexuais, o coletivo Queerdel – Transgressão e Memória de Gêneros e Sexualidades da Região do Cariri, Pretas Simoa, Frente das mulheres, o GALOSC – Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri (grupo de ativistas se organizaram com o intuito de promover e organizar ações de combate a Homofobia, Defesa dos Direitos Humanos LGBT, e Prevenção do HIV – AIDS).

Esses movimentos atuam trazendo ao público cariense o debate que diz respeito à visibilidade da comunidade LGBT e defesa da livre orientação e expressão sexual, o caráter reivindicatório, com bandeiras de lutas para conservar ou promover mudanças e reivindicar direitos, o Movimento LGBT busca basicamente conscientizar a sociedade de que deve haver uma unificação de Movimentos para lutar por direitos que atendam a todos sem discriminação de classe, cor, raça, etnia e, principalmente de orientação sexual.

A luta é uma constância e tem muito que se fazer para avançar no intuito de enfrentar o ódio arraigado na sociedade, e por isso é importante os movimentos se fortaleçam para a superação destes tempos sombrios e principalmente no governo que se instalou no Brasil, no ano de 2019, que revela em discursos e ações oposição a legitimidade e os direitos a população LGBTI+ rumo à visibilidade.

### 1.3 “AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA<sup>16</sup>”: SERVIÇO SOCIAL RUMO ÀS DEMANDAS DA POPULAÇÃO LGBTI+

As transformações na sociedade tem se apresentado diversas e geradoras de expressões da questão social cada vez mais complexas, em cenário econômico, social e político, que evidencia desafios ao conjunto de profissões e, por tanto, também ao Serviço Social.

O Serviço Social surgiu no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940, bem como sua institucionalização, relacionados a transformações na sociedade, como um projeto de recristianização promovido pela igreja católica, e ação de grupos, classes e instituições que reverbera na profissão um caráter caritativo e assistencialista. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2008, p. 167).

---

<sup>16</sup> Trecho da música Apesar de você do compositor Chico Buarque de 1970, que lida sobre a falta de liberdade no período do regime militar brasileiro.

Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p.127).

O serviço social teve seu surgimento também, pelo crescimento do sistema capitalista, onde a “questão social” começou ser tratada como:

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 16, 17).

Segundo Marro (2011), o serviço social começa a ter uma relação com os movimentos e grupos sociais principalmente, depois das décadas de 1960 e 1970, tendo atraso devido ao período de regime militar de 1964, que evidenciou um cenário de tensões, resultando em modificações nas bases sociais, política e econômica.

Nesse sentido, a Ditadura militar trouxe ao Serviço Social um importante momento de reflexão enquanto profissão e que contribuiu para seu desenvolvimento, onde segundo Netto (1999), ocorre um processo de recusa ao conservadorismo e o avanço para as bases do que o atual projeto ético político da profissão.

Para compreender o trabalho do Assistente Social nas dimensões que compõe a profissão se faz necessário pensar o Serviço Social a partir do que é a profissão e seu significado social.

A profissão está “inserida na divisão sócio técnica do trabalho, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”, respondendo ao conjunto de necessidades sociais, significando que o Assistente Social é um trabalhador, pois o mesmo também vende sua força de trabalho e atua no âmbito da reprodução social, com características específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob

novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 77).

Contendo um conjunto de atribuições e competências dinâmicas e historicamente conquistadas, já que está inserida no contexto das relações sociais que não são harmônicas (que se contrapõe), exercendo assim sua funcionalidade social que está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão.

Para Yazbek (2009), o trabalho em geral é uma atividade onde o ser social atua dispondo de sua energia na transformação de algo, logo transforma a si mesmo e aos outros homens. No sistema Capitalista existe uma inversão no sentido do trabalho ao tempo que limita o ser e transforma-o em mercadoria, na compra e vende da força de trabalho através do salário, num processo de alienação, que não é necessariamente mental, mas fundamentalmente da condição de trabalhador que não tem acesso a própria produção, e através da mais-valia gerada.

O Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação. (YAZBEK, 2009.b p. 128)

A importância do processo de “desalienação” no reconhecimento de pertence da classe trabalhadora, com consciência, através do conhecimento que imputa a emancipação dos sujeitos. É no processo de conhecimento desvelado que está posto a instrumentalidade, onde desvelar a realidade significa ver não pela aparência, mas pelo conteúdo, no modo de olhar.

O Assistente Social como profissional intervém no âmbito da “Questão Social” que expressa um tipo determinado de relação, a exploração do trabalho pelo capital e também a resistência do trabalhador enquanto sujeito e de outras diversas maneiras cada vez mais complexas, que exige competência ao Assistente social, no descortinar da realidade, que vem do capital e do trabalho.

Nesse sentido, os Assistentes Sociais vão se inseridos nas diversas formas de enfrentamento das expressões da questão social através do Estado, mediatizada pela forma

que este intervêm, ora como caso de política social, ora ainda como caso de assistencialismo, que se mostra de forma conjuntural.

Ademais, não obedecem apenas as necessidades da população e sim ao conjunto decisões tomadas nas grandes esferas como organismos multilaterais, internacionais (banco mundial, fundo monetário internacional e outros), onde os programas adquirem características de alívio da pobreza, mas nunca ao fim da pobreza, que molda a sociedade em população trabalhadora, no exército de reserva, e “população sobrança”, que não produz para o capital. (YASBEK, 2009)

A autora ainda compreende que, o projeto ético - político do Serviço Social tende a questionar a lógica que leva ao empobrecimento da população, e no caráter interventivo da profissão existe o processo de reflexão, tendo uma dimensão ético-política que constrói os caminhos para a atuação, que se faz necessário cada vez mais fazer leituras corretas da realidade para estabelecer estratégias.

Levando em consideração a instrumentalidade, que significa a capacidade que a profissão tem de se rever, identificar os compromissos e de conseguir alcançar efetivamente seus objetivos com a clareza de quais são, envolvendo a capacidade de mobilização das três dimensões da profissão, a dimensão técnico-interventiva, teórico-metodológica e ético-política.

Esse exercício profissional se dá no âmbito do cotidiano, onde possui características propícias à alienação, pois, impera a repetição, o mimetismo, a padronização, as analogias, a superficialidade. (GUERRA, 1995).

Ao estabelecer objetivos transforma-se em sujeito da história, onde a condição que a divisão social e técnica do trabalho confinou, exerce uma influência, condicionando parte do exercício profissional como possibilidades e limites que também estão dispostas na realidade, atribuindo deveres ao profissional, que coloca a necessidade do profissional estabelecer a intencionalidade dos objetivos para dar respostas a demandas, pois suas ações são portadoras de instrumentalidade.

Segundo Yasbek (2009), a profissão conquistou historicamente um conjunto de competências e atribuições, as diretrizes curriculares preocupada com o rigoroso trato teórico-metodológico, e o código de ética que traz valores importantes que permitem o vislumbrar de uma sociedade mais justa.

A profissão, por tanto, desenvolve algumas características importantes no seu fazer profissional, se configurando em dois aspectos: “As necessidades dos sujeitos singulares não

são mais compreendidas como problemas individuais, agora interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas, tendo como objeto de sua ação as expressões da questão social,” o que leva a considerar uma visão de totalidade, que se gesta na categoria crítica da profissão que revela o segundo aspecto, que é “o redimensionamento que a perspectiva crítico-dialética exigido da ação profissional, e no que diz respeito ao seu alcance e direcionamento, onde as soluções só se efetivam com superação do modo de produção capitalista que se traduz para a profissão no compromisso ético com a transformação social”. (YASBEK, 2009).

Outro fator importante é a adoção das categorias – Direitos e Cidadania, onde os direitos são entendidos como caminhos para a concretização da cidadania por meio de políticas sociais orientadas para o atendimento das necessidades humanas básicas, o Estado é reconhecido como instância responsável por essa garantia e atenção.

Os estudos socioeconômicos passam a ser entendidos como ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos fundamentais e no enfrentamento das expressões da questão social.

No processo de construção do debate, os estudos socioeconômicos foram se afirmando terminologicamente como estudo social e redimensionado em diferentes espaços sócio ocupacionais. Essa ação tem grande importância que visa a totalidade e a garantia de direitos.

O Serviço Social brasileiro é uma profissão marcada por inúmeras transformações teórico-metodológicas, nesse sentido Mota (2003) destaca que ao longo do processo histórico, o Serviço Social possui características de natureza interventiva, onde a instrumentalidade visa o enfrentamento das expressões da desigualdade social, próprias da sociedade capitalista.

A renovação do Serviço Social brasileiro foi um dos mais importantes marco para a categoria em sua de história, a partir da sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho enquanto profissão, porém, constitui-se enquanto uma longa jornada de eventos, modificações, formulações e acontecimentos, que deram base à possibilidade de o Serviço Social se constituir enquanto categoria posicionada criticamente em defesa da classe trabalhadora, a partir dos seus valores e princípios instituídos no seu Código de Ética Profissional.

Nesse sentido, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, bem como o código de ética está vinculado a um projeto de transformação da sociedade, pois:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os

seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

Tal postura é clara, ao se verificar os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993<sup>17</sup>, que demonstra importantes pontos para a profissão como o reconhecimento da liberdade como valor central, a defesa intransigente dos direitos humanos, posicionamento a favor da equidade e justiça social, e também o mais importante para a população lgbt+, que é a eliminação do preconceito e respeito a diversidade.

Reconhece-se então, a íntima relação da profissão com as classes socialmente discriminada, no sentido de que o exercício profissional tenha o compromisso com estes, tratado nos princípios fundamentos do código de ética.

Sendo o Serviço Social uma categoria profissional que, a partir de diversos processos de transformações possui uma formulação de um projeto ético-político-profissional, um código de ética, com declarada posição de defesa de classe, na qual está inserida, pelo reconhecimento de sua inserção nas relações sociais de trabalho, a classe trabalhadora, logo, o Serviço Social possui um longo e árduo caminho a ser trilhado, na perspectiva da construção do seu papel social de viabilizar a possibilidade da emancipação humana, a partir de todo um conjunto extremamente complexo que devem compreender níveis ideológicos e materiais.

Diante o exposto, traduz-se que os profissionais de Serviço Social, sendo uma das poucas profissões que introduzem agendas sobre as questões de orientação Sexual e identidade de gênero, por sua capacidade de verificar a realidade de forma ampla, sem preconceito conforme preconiza o código de ética profissional de 1993.

Tende, portanto, a dialogar com um olhar mais sensível à população LGBTQ+, compreendendo as violações sofridas e a necessidade de garantir equidade de direitos sociais, ao passo que o preconceito, a falta de emprego, a violência, a discriminação, a exclusão, só

---

17 Princípios Fundamentais do Código de Ética do Serviço Social: I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos a programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade; à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (BRASIL, CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2012, p. 23-24).

será minimizada via políticas sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a segurança, a previdência social, a assistência social.

## **CAPÍTULO II - “NENHUM DIREITO A MENOS, POR FAVOR!”: POPULAÇÃO LGBTI+ FRENTE AOS DIREITOS SOCIAIS**

*“Nesse momento de gritante retrocesso, De um temerário e incompetente mau congresso, Em que poderes ainda mais podres que antes. Põem em liquidação direitos importantes. Eu quero diante desses homens tão obscenos. Poder gritar de coração e peito plenos: Não quero mais nenhum direito a menos...”*

**Nenhum Direito a Menos – Paulinho Moska (2018)<sup>18</sup>**

No presente capítulo apresentamos problematizações acerca dos direitos sociais no Brasil, por meio da análise crítica do processo de formulação e implementação de políticas sociais que visem à promoção da cidadania e dos direitos humanos de um modo geral e mais especificadamente para população LGBTI+.

Tratar-se, do Conselho de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos LBGT+, que se demonstra como avanço incluído no paradoxo da situação dos direitos da população no Brasil, no fomento e acompanhamento das políticas públicas, além da busca incansável de sensibilizar os órgãos de Estado nas ações de defesa e garantia dos direitos da população LGBT+.

Aqui se busca compreender os avanços, desafios e possibilidades inseridas no processo histórico dos direitos sociais tratados nos país, em suas ações e projetos voltados para essa população, fazendo um recorte para análise de algumas aéreas basilares para a construção de um projeto que atenda as demandas existentes para esse seguimento, consideram-se, portanto, as áreas de seguridade social (saúde, assistência social e previdência social), educação, trabalho e segurança.

E já que este trabalho se direciona ao campo da Assistência Social, deu-se mais ênfase a esta área, discorreremos sobre aspectos gerais e o funcionamento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, importantes desdobramentos na efetivação de direitos sociais, identificando as conjunturas políticas em períodos da história brasileira que contribuíram ou não para o avanço legislativo.

---

<sup>18</sup>Trecho da música Nenhum direito a menos, do compositor Paulinho Moska, de 2018.

## 2.1 (DES) CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DEMANDAS DA POPULAÇÃO LGBT+

A trajetória histórica do Brasil com relação às Políticas Sociais é influenciada por relações internacionais. "Diferente, pois, das políticas sociais dos países Capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista. o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções" (POTYARA, 2002, p.125), entende-se que o Estado de Bem-estar Social não aconteceu de fato no Brasil, foi apenas reflexo de políticas internacionais.

No Brasil de 1930, a questão social era tratada como caso de polícia, no sentido de repressão, problematizada em caráter individualizador, disciplinador, voltada para o reajuste do indivíduo social. Com as transformações políticas, econômicas e sociais, o Estado começa a reconhecer a responsabilidade no trato da questão social como caso de política (IAMAMOTO; CARVALHO 2011).

A trajetória conta com avanços e retrocessos registrados como, a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado em 1938, foi a primeira forma de assistência social burocrática do Estado brasileiro de efeitos extremamente rasos para o aprofundamento do debate sobre a assistência social, sua atuação se restringiram basicamente ao campo de organização e manipulação de verbas e subvenções federais. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011), não chegou a ser um organismo atuante.

Realizando um salto na história, identifica-se outra importante conjuntura social, política e econômica, teve influência para a gestação das políticas sociais, o Regime Militar (1964 a 1985). Segundo Faleiros (1990) o contexto se caracterizava pela:

Perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais (apud BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 136).

Ademais as políticas públicas eram estimuladas, porém, ocorria de modo restrito ao que se diz respeito ao acesso, garantindo a legitimidade do comando militar no país, quem que se alargavam espaços dos segmentos das políticas sociais, como a saúde, a previdência e a educação, porém não se estendia as políticas sociais como direitos a todos, de forma



equitativa. Dessa forma, o governo militar protagonizou papel dualista em relação ao acesso às políticas sociais.

No entanto, é importante ressaltar o processo contraditório que a ditadura apresentou em relação ao chamado milagre econômico, onde a economia brasileira cresceu em alguns setores da economia, porém, em detrimento da classe trabalhadora. “O milagre veio, o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram, e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora”. (CASTELO, 2012, p. 621)

Segundo Behring e Boschetti (2011) O suposto “milagre econômico” findou em 1973, preconizado pela a crise do petróleo e em sequência a crise econômica em nível de economia mundial, essa recessão perdurou a década de 1970 e até o fim da década de 1980 caracterizando-se como a década perdida devido aos baixos índices de crescimento econômico. Os movimentos sociais têm participação essencial na dinâmica das relações entre o Estado e a Sociedade Civil neste interim, com o reconhecido enfrentamento da Ditadura Militar.

Pode-se entender, por tanto, que as questões levantadas na atual conjuntura política e social, prioritariamente no governo de Jair Bolsonaro em 2019, sobre a positividade da era ditatorial brasileira, devem ser refutadas, ao passo que se reconhece o ineficaz no processo de problemas gerados, “nenhum dos grandes e decisivos problemas estruturais da sociedade brasileira, (...) Ao contrário: aprofundados e tornados mais complexos, ganharam um dimensionamento mais amplo e dramático.” (NETTO, 2010, p. 29).

Em níveis economia, de Motta (2008) aponta este período como uma década perdida. Porém, em termos de organização dos movimentos, foi possível um salto político e organizativo, que veio dando sequência aos movimentos que estiveram nos cenários de resistência e luta pela retomada da democracia nacional e lançamento de uma nova constituinte. Pode ser dado crédito especial às organizações dos movimentos do campo, dos setores progressistas da igreja católica, e dos estudantes.

É a esse processo de mobilização social que contribuíram para o desenvolvimento das ações na perspectiva de defesa e conquista de direitos. A abertura de novos horizontes na trajetória da Política Social que se deu também por esse fortalecimento da luta e resistência na defesa de um projeto societário das classes subalternas que se traduzem na construção da emancipação humana. (DURIGUETTO, 2012).

Principalmente a partir da década de 1980, com reforço dos movimentos sociais, houve um ascenso das lutas para a reconstrução do Estado democrático, com as reivindicações por políticas sociais que correspondessem as necessidades sociais. Amplos debates e lutas entre diversas categorias, associados a participação popular nas decisões políticas, o governo pressionado a responder os anseios da sociedade civil organizada, registra mudanças significativas na Constituição Federal de 1988. (CAVALHEIRO, 2013).

No governo de José Sarney (1995 a 1990), a Nova Constituição saudada, no momento de sua aprovação, como Constituição Cidadã, trazia mudanças significativas no que diz respeito à proteção social no Brasil, considera-se, nesse sentido, o avanço democrático, cujo Art. 3º dispõe sobre objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

Constituiu-se o tripé da Seguridade Social, a Saúde, a Previdência e a Assistência Social como Políticas Públicas. Conforme Artigo 194 da Carta Maior<sup>19</sup>, “seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1998).

É visível que as políticas sociais associadas à seguridade social vêm se afirmando e se expandindo consideravelmente, e que se caracteriza como a conquista mais importante da CF de 1988, com impactos extremamente positivos no que se refere a campos distintos dos direitos sociais, não somente no combate a pobreza, aos riscos sociais e ao acesso, mas também em sua relação com a consolidação da cidadania.

Entretanto existem controvérsias em sua aplicabilidade, em dimensão negativa que tangem as esferas políticas e de financiamento, que tem sido amplamente discutida, num

---

<sup>19</sup> A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tem como objetivo: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.(BRASIL, 1988)

processo de desmonte e cortes, principalmente governo de Michel Temer a partir de 2016, e atualmente no governo de Jair Bolsonaro em 2019, com pretensão reformista que atende principalmente ao capital internacional e financeiro em detrimento dos nacionais mais pobres, por meio de ajustes e retiradas dos direitos da classe trabalhadora, que tem função essencial na reforma da previdência social, num processo de mercantilização, que trará consequências desastrosas para os mais pobres.

Nesse sentido, é possível verificar os avanços e retrocessos que as políticas sociais sofre ao longo de seu trajeto histórico, principalmente no que diz respeito à prática adotada pelo Estado burguês, onde se consegue apropriar-se de diversos determinantes sociais com maestria, cooptando a classe trabalhadora e se direcionando a fortalecer e proporcionar a estrutura da lógica do capital financeiro, ao passo do avanço do projeto neoliberalista, que ameaça os direitos sociais conquistados, com atuação de forma focalizada e seletiva.

Em tese, a CF de 1988, destina-se a assegurar esses direitos como valores supremos, na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais, reconhece-se de valioso avanço para as políticas sociais, ao passo que é proposto uma prática que supere o assistencialismo, em relação as Política de Assistência Social.

Direitos Sociais são ações que visam garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, para que tenham uma vida digna por meio da proteção e garantias promovidas pelo Estado, na Constituição Federal de 1988, estabelece em seu artigo “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” (BRASIL, 1988).

Entretanto, segundo MOTA e col. (2008), apesar de sinalizar avanços, a Política de Assistência Social ainda sem regulamentação, pós CF de 1988, já se observa ofensivas que se materializa em propostas de contrarreformas, que restringe direitos, serviços e benefícios destinados àqueles que necessitam.

Ou seja, o processo de efetivação dos ganhos para a sociedade com a Constituição Federal de 1988 acabou esbarrando com um desdobrar muito mais amplo da implantação da ofensiva neoliberal, o que enfraquece as Políticas Sociais ainda em construção. (BOSCHETTI, 2009)

O alargamento dos direitos sociais e do campo da proteção social expande-se por consequência a responsabilidade do Estado para enfrentar as expressões da “questão social”,

agora a Seguridade Social assume duas vertentes: uma contributiva, direcionada para a contrapartida dos rendimentos do trabalho, e a outra não contributiva, ou seja, segundo o Art. 203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. (BRASIL, 1988).

A luta pela igualdade e direito à cidadania sempre foi recorrentes na trajetória histórica da sociedade brasileira, os sujeitos ativos nessa construção são diversos e, incluem de várias formas as pautas necessárias rumo a garantia desses direitos. Notadamente, as Políticas Públicas exercem papel relevante para a promoção de qualidade de vida da população, no sentido de contribuir para a redução das desigualdades.

No Brasil, existem alguns documentos que indicam de modo geral a legitimação das lutas da diversidade sexual e que oferecem condições de intervenções, destacamos: a) Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004).

O Programa Brasil sem Homofobia tem objetivo de promover à cidadania do seguimento LGBT+, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. E tem como princípios:

A inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias. A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (BRASIL, 2004, p. 11-12).

As demandas das populações LGBT+ defronta-se numa realidade adversa a agenda de lutas, de reconhecimento e garantia de direitos. Como expressão dessa trajetória, em 2008, no Governo Lula ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Política Pública e Direitos Humanos LGBT – CNLGBT, fato inédito que evidencia a importância da luta, com o tema Direitos Humanos e Políticas Públicas: o Caminho para Garantir a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (Brasil, 2008).

Tendo com resultado à construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos população LGBT - PNCDH-LGBT, que tem objetivo: “[...] orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a

população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009, p.10), nesse sentido, a conferência tem primazia na materialização de políticas públicas que respondessem as necessidades dessa população, e fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2008).

Percebe-se a necessidade de ampliar a discussão sobre os direitos dessa população visto que as demandas têm necessidade de respostas mais solidas o combate as violações dos direitos devem se ater principalmente a ataques violentos, verbais ou físicos, como tem sido diariamente reportado através das mídias e redes sociais, ou seja, é necessário fortalecer esse processo de proteção social, a fim de garantir os direitos humanos da população LGBTI+.

Já em 2011, no Governo de Dilma Rousseff, ocorreu a 2ª CNLGBT, que tinha objetivo de avaliar a Política Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, instituída em 2010 por meio do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. E também, apontar direcionamentos e propostas para esse seguimento. As diretrizes anunciavam demandas para a seguridade social, nomeada de: Saúde; Trabalho, geração de renda e previdência social; e desenvolvimento social e combate a miséria. (BRASIL, 2011).

Desse segundo processo conferencial resultou a criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT (2012), os Relatórios de Violência Homofóbica (2012 e 2013), o lançamento do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013) e, no seu bojo, o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT (2014).

A 3ª Conferência Nacional LGBT, em 2016, discutiu os desafios para garantir a cidadania da população LGBT no Brasil. Com o tema: “Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, com o intuito de debater estratégias para coibir a LGBTFOBIA, no sentido da defesa e da proteção contra violações. (BRASIL, 2016).

Outro avanço considerado é em relação à criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT – CNCD, “foi criado pelo decreto nº 3.952/2001, pelo Ministério da Justiça, instituído para atuar na proposição e acompanhamento de políticas públicas envolvidas na defesa dos direitos sociais e individuais de vítimas de discriminação racial ou outra forma de intolerância”. Vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Ver em site do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada – IPEA: <http://www.ipea.gov.br/>

Os Conselhos ampliam a participação social da população LGBT, “garantindo paridade entre governo e sociedade civil, assegurando na representação da sociedade civil a paridade dos segmentos LGBT e o recorte de gênero, étnico-racial e considerando as dimensões geracionais, regionais e deficiências”. (BRASIL, 2009, p. 40).

Dai decorre os Conselhos Estaduais e Municipais, que são órgãos colegiados, autônomos e permanentes, de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, que tem por objetivo atuar na promoção da cidadania e na defesa dos direitos da população LGBT. No caso do Juazeiro do Norte, o Conselho Municipal, faz parte do plano de ação Municipal do ano 2019/2020, sobre administração do então Prefeito Arnon Bezerra.

O Conselho Municipal de Juazeiro do Norte – CE visa promover ações na área da Educação, Saúde, Cultura, Trabalho, com o objetivo central de: “Apresentar parâmetros de ação governamental que visem assegurar as condições de igualdade e equidade, realizar campanhas destinadas à promoção de direitos da , realizar estudos, debates e pesquisas sobre a temática de direitos e inclusão para a população LGBT.” (BRASIL, 2019, p.13-15).

As ações definidas para essa garantia envolvem na área da educação, principalmente a sensibilização e reeducação dos profissionais acerca da diversidade sexual, através de formações (BRASIL, 2019), o que é um passo importante, apesar das críticas ferrenhas encabeçadas por contrários às causas, que se embasa no discurso que a escola estaria promovendo ideologia de gênero, que é entendido por esses grupos de forma pejorativa, negativa.

Com relação à Saúde da população LGBT, durante tempo foi invisibilidade por questões de preconceito e discriminação a esse seguimento, que foi condicionada a práticas de reversão da orientação sexual, pois era entendida como anormal que deveria curada. Faz-se necessários que a demanda da população LGBTI+, em relação a saúde, mereça uma atenção específica e humanizada por parte dos profissionais da saúde, ou seja, de mudanças nas práticas do cuidado em saúde, que sejam voltados para um atendimento ético e isento de discriminações, que permita a apreensão da realidade população, visto que existem impactos na saúde física e psicológica consequência dessas discriminações.

Em nível municipal, na área da saúde existem intenções de “campanha para inclusão do nome social das mulheres e homens trans”, é importante, pois a população trans reivindica sempre esse tratamento, de acordo com sua identidade de gênero. “A realização de oficinas e capacitação com os profissionais da saúde’, para promover acesso à saúde mental específico,

é necessário, pois o acesso à saúde é um dos problemas que exerce rebatimento sobre esse seguimento social.

A Reforma Sanitária Brasileira (RSB), nascida no contexto da luta contra Ditadura Militar em 1970, que se constitui em um processo de mobilizações pela transformação da área de saúde, definido como Movimento de Reforma Sanitária Brasileira que expressa às insatisfações da sociedade, configurando-se em ações políticas que visassem uma sociedade inclusiva e tendo a saúde como direito universal de cidadania. Ampliando assim os princípios e diretrizes da saúde, que passa a considerar a dignidade humana em sua totalidade. (AROUCA, 2003).

Assim como outras Políticas Públicas, a Saúde esteve no cenário de lutas por direitos e proteção social, teve grande avanço com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que define no artigo 196 o Sistema Único de Saúde, que define no artigo 2º a saúde como um direito fundamental do ser humano e dever do Estado. (BRASIL, 1988).

No artigo 7º trás a Lei Orgânica da Saúde, Lei 8.080 de 1990, dispõe sobre a organização e regulação das ações de saúde, e os princípios e diretrizes da saúde que são: “universalidade de acesso aos serviços de saúde; integralidade de assistência; preservação da autonomia; igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde; divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário e outros.”. (BRASIL, 1988).

A saúde, resultado desse processo, deixa de ser compreendida apenas como ausência de doença e tem o seu conceito ampliado, agora como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”<sup>21</sup>.

Já em 2011, O Ministério da Saúde apresenta a Política Nacional de Saúde Integral para a população LGBTI+, instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, “é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade. É também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades”. (BRASIL, 2011).

Essa política é composta por diretrizes que tem perspectiva de difundir os direitos das pessoas e das populações em relação à saúde, a iniciativa para a construção de mais equidade no SUS, e tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no

---

<sup>21</sup> Definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), ver em< <https://www.unasus.gov.br/noticia/dia-mundial-da-saude>>.

processo de saúde-doença da população LGBT. Reafirmando o compromisso do SUS, tendo como objetivo geral, promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.” (BRASIL, 2013).

Nesse sentido é um avanço importante para a visibilidade LGBT+, ao passo que a Conferência Nacional de Saúde vem pautando a construção de políticas específicas. Na conferência de 2007, incluem na agenda para política de saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero, as demandas são basicamente o desenvolvimento de ações intersetoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade, efetivando campanhas e currículos escolares que abordem os direitos sociais e a sensibilização dos profissionais a respeito dos direitos de LGBT, com inclusão do tema da livre expressão sexual na política de educação permanente no SUS.

Já no âmbito da Previdência social, também sofreu alterações no campo da regulação, das formas de contribuição, repartição e organização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo esta a que menos se destaca em relação às ações que garantam direitos a população LGBT+, revela outros problemas a serem minimizados que são as questões do trabalho, educação e segurança pública.

No ano de 2000, a justiça federal obriga o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a conceder em todo território brasileiro, pensão por morte e auxílio-reclusão ao companheiro homossexual. Quatro anos depois precisamente em 2004 o Brasil aprova os primeiros casamentos ou uniões estáveis em determinados cartórios de alguns estados brasileiros.

Mais uma grande conquista para o público LGBTI+ é adquirido no ano de 2010, onde pela primeira vez as pessoas podem usar o nome social na carteira sexual, mas só era permitido para trabalhadores que fossem funcionários públicos federais. Um ano depois, em 2011, o movimento consegue uma de suas maiores conquistas, o reconhecimento de uniões estáveis em todo o Brasil, e por fim no ano de 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sob Ato administrativo, Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, determina que todos os cartórios do país concedam e convertam as uniões estáveis homoafetivas em casamentos civis. (BRASIL, 2013).

A geração de trabalho, também se inclui como essencial para que a população consiga acessar e prover seu sustento, principalmente para a população trans, que é o grupo que



apresenta mais desigualdade para acesso, visto que essa população possui maiores desaprovações pela sociedade, em nível municipal a proposta é principalmente, “demandar junto a CDL, SINE, PRONATEC e Sistema S cursos de interesse da população LGBT como forma de capacitá-los para inserção ao mercado de trabalho”.

## 2.2 “A GENTE QUER VIVER PLENO DIREITO<sup>22</sup>”: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A POPULAÇÃO LGBT+

A Assistência Social no Brasil, durante longo período histórico, se manifestava através de ações distantes da efetivação de direitos sociais, e caracterizado de assistencialismo, o que se infere a seletividade da população usuária no processo de ter assegurado a política sociais, por meio de práticas clientelistas que causam prejuízos àqueles que necessitam alcançar tais políticas.

O processo histórico da Política de Assistência Social no Brasil se desdobra a partir de 1930, com intensificação do capitalismo industrial que sucede um modelo agroexportador baseado na mão de obra escrava que deixa largos reflexos na sociedade, e do aprofundamento das expressões da “Questão Social”,

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p. 27)

A primeira grande instituição de assistência social – Legião Brasileira de Assistência (LBA) DE 1942, fundado pela então primeira Dama Darcy Vargas, que inicialmente possuía trabalhos voltados à assistência às famílias de pracinhas enviados ao combate na Segunda Guerra Mundial, porém, logo após, passa a atuar em praticamente outras as áreas da Assistência Social, segundo aponta Iamamoto e Carvalho (2011), e que se reestrutura de acordo com as reformas necessárias até sua extinção anos depois.

---

<sup>22</sup> Trecho da música É, do compositor Gonzaguinha de 1988, trazendo uma reivindicação por direitos da coletividade.

Depois do processo de redemocratização, partindo de breve análise conjuntural, no governo de Fernando Collor de Melo (1990 a 1992), foi executada uma agenda práticas nocivas, de retrocessos e restrições aos direitos da população, a Constituição se torna “letras mortas” (grifo nosso), ou seja, extremamente abstrata, impossibilitadas de efetivação no que dificulta a execução das políticas sociais, com reformas, que resultaria na diminuição do Estado, como saída para a crise econômica e social do Brasil.

Percebe-se a possibilidade de aprofundamento de uma Política Social com cunho renovado, porém, é importante identificar a conjuntura política, econômica e social na qual este momento se inseria, numa sociedade cuja seguridade social ainda engatinhava rumo à universalização, esta ofensiva deve ser creditada às condições particulares sob as quais a burguesia brasileira, associada ao grande capital transacional, e à conjuntura econômica e política do período, enfaticamente, nas injunções dos organismos financeiros internacionais que impuseram as contra-reformas sociais de cunho neoliberal. (MOTTA, 2008).

É importante refletir aqui, dentro deste processo de ofensiva imposto pelas forças hegemônicas mundiais, causando desestabilização nos países distanciados dos centros de poder, há, para além da imposição de desafios, a abertura às possibilidades do desdobramento de processos de lutas populares, que devem ser instigados principalmente no sentido da defesa da soberania nacional a partir da integração das forças populacionais.

E isso foi o que ocorreu com o impeachment do então Presidente Collor, a incidência da luta popular sobre um governo que se caracterizou por desmonte dos direitos sociais e corrupção, onde “jovens estudantes de todo o país, pintando o rosto de verde e amarelo, ganharam as ruas em protesto. no dia 21 de agosto de 1992, cerca de 100 mil “caras-pintadas” se reuniram numa passeata para pedir o impeachment<sup>23</sup>.”

Com o impeachment de Collor, o Vice-Presidente, Itamar Franco (1992 a 1995), assume o governo em um contexto de descompasso entre as demandas da sociedade e as repostas do Estado. E também de um mal-estar institucional, econômico e social. Behring (2008, apud RIBEIRO, 2004, p.75).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) se caracterizou pelo projeto neoliberal que se apresentava como uma alternativa a crise, com a ofensiva neoliberal, no campo das políticas sociais se apresentou focalizadas, descentralizadas e privatizadas. Dessa forma, o Governo FHC também deu prosseguimento as orientações do mercado internacional.

---

<sup>23</sup> Ver em: [memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/impeachment-de-collor/os-caras-pintadas.htm](http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/impeachment-de-collor/os-caras-pintadas.htm)

A avaliação que se pode fazer com relação ao campo dos avanços das políticas sociais no período dos anos 1990 a 2000 é que foi um período de profunda estagnação e retrocesso de direitos, tanto no âmbito micro quanto macroestrutural, de fortalecimento dos organismos financeiros com a onda de arrochos salariais aos trabalhadores, privatizações e terceirizações dos grandes patrimônios econômicos nacionais. (SILVA, 2012).

Outros avanços ocorreram, e merece destaque, no ano de 1993 a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que vem regulamentar o disposto nos arts. 203 e 204 da CF de 1988 que estabelece normas, critérios e traz novas questões para o campo da assistência social, introduzindo um significado que a diferencia do assistencialismo e a situa como direito social. A LOAS instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), cuja missão é de promover o controle social da política pública de assistência social e contribuir para o seu permanente aprimoramento, a partir das necessidades da população brasileira. Couto (2010, apud RIBERO, 2004, p. 75).

A LOAS nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seu Art. 2º, dispõe que os objetivos da Assistência Social são:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (BRASIL, 1993, p.01).

Após este período, o Brasil entra em uma nova conjuntura, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2011), o cenário do governo pode ser identificado como de uma política neodesenvolvimentista, em que há uma política de conciliação, com olhares e esforços voltados tanto para a população, quanto para os grandes organismos financeiros institucionais e representantes da burguesia nacional e internacional.

Nessa direção, se inicia um quadro de grades avanços no campo social, que, apesar de ser extremamente passível de críticas no âmbito político, econômico e social, é reconhecidamente, um momento em que a situação social nacional teve grande avanço, com a promoção do acesso à educação básica e superior, expansão de programas de transferência de renda e Programa Fome Zero.

Neste quadro, em 2004, com a continuidade de fortes movimentos de discussão nacional, é aprovada a nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS, com uma perspectiva de implementação do SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, que, para tal, foi necessária a alteração da Norma Operacional Básica de 1997.

Em 2005 é implementado o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, configurando-se como o mais recente instrumento de regulação da Política de Assistência Social, juntamente com a CF/88, a LOAS/93 e a PNAS de 2004. Além disso, mais recentemente, há, em 2009 a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizando-os por nível de complexidade do SUAS: proteção social básica, e proteção social especial de média e alta complexidade.

O que se entende é que a implementação do SUAS, lança características ético políticas com estrutura fundamental para efetivação dos direitos sócio assistenciais, com articulação nas três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal. A PNAS dessa maneira é regulamentada e institucionalizada, como política pública. (SILVA e col. 2012).

Deve-se ressaltar que ainda está em curso uma árdua luta nesse processo em função da perpetuação da conquista de Direitos Sociais da sociedade e mais precisamente da classe trabalhadora, no que se identifica nas profundas insatisfações devido ao projeto societário mesquinho da burguesia.

Refletiu-se também, sob a perspectiva de promoção de direitos, considerando a necessidade de investirmos em ações voltadas à educação, à comunicação e à cultura em direitos humanos, com base na construção de experiências individuais e coletivas e de uma consciência de respeito ao outro, de solidariedade e de compromisso contra todas as formas de discriminação, opressão e violência no Brasil. (BRASIL, 2016).

Ao ser instituída como política pública, inseriu-se na ação estratégica de Estado e não apenas dos governos, especificamente de seus três poderes, na luta incessante pela redução e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, por meio da universalização desses direitos, inclusão das pessoas carentes e superação de pobreza (SIMÕES, 2009, pág. 182).

Sendo assim, essas reflexões aliadas a ações objetivas e materializadas no conjunto de questões que envolvem os direitos da população, representa a vontade de atores sociais estabelecerem a articulação entre direitos humanos e o SUAS que dispõe de equipes e serviços ofertados nos equipamentos sociais de modo a potencializar os atendimentos destinados aos segmentos da população mais acometidos por violações de direitos.

### 2.3 “E VAMOS À LUTA!<sup>24</sup>”: SUAS, O INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS 2004)

A implantação do SUAS significou grande avanço para a PNAS, visto que, inserida no campo dos direitos sociais, se configura como prática inovadora, pois, além de possuir caráter não contributivo, oportuniza a participação social e o controle social por intermédio da participação na gestão e execução das políticas.

Como anunciado acima, em 2004 foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pela Resolução CNASS nº130/2004. Sua aprovação se deu em meio a um longo processo de debates capitaneados pelo MDS que detalha um novo modelo de gestão para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios sócios assistenciais: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (BRASIL, 2004).

Conforme Battini (2007), a implantação do SUAS foi referendada sobre processo de afirmação dos espaços políticos de gestão compartilhada referenciando o governo e sociedade civil, no contexto da PNAS, sendo ela regulamentada na norma operacional básica, NOB/SUAS 2005.

A trajetória da consolidação dos direitos é atravessada pelas contradições do sistema capitalista, passa por transições de efetivação da cidadania como direito de uma conjuntura político-cultural. (BATTINI, 2007)

Em 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pelas políticas nacionais de assistência social, na integração entre serviços e benefícios sócio assistenciais e as ações de segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2008).

Em relação ao financiamento da Assistência Social, o art. 195 da CF de1988, estabelece que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais, a PNAS estabelece que a instância de financiamento é representado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) nas três esferas de governo. (BRASIL, 1988).

A lógica de financiamento definiu-se uma sistemática organizada na modalidade de pisos (proteção social básica e proteção social especial), para execução dos serviços

---

<sup>24</sup> Título da música E vamos a luta, do compositor Gonzaguinha de 1980, que em suma acredita na construção da manhã desejada, com a luta da juventude pelos direitos.

continuados, no repasse automático fundo a fundo, na pactuação de recursos em expansão para a ampliação progressiva da cobertura. A gestão de informação no SUAS, para o exercício de controle social das ações e recursos públicos. A rede Suas avança na geração de informações sobre serviços não co-financiados com recursos federais, além da produção de indicadores de avaliação. (SILVEIRA, 2007)

Segundo Simões (2009, p.305), suas ações são voltadas, basicamente, para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, visando integrar as ações sócio assistenciais com as áreas da seguridade, saúde e da educação.

O SUAS engloba a oferta de benefícios assistenciais, como instrumento de viabilização dos direitos da classe trabalhadora, resguardando direitos básicos. Sua regulação tem forçado a incorporação de novas regras de funcionamento, a exemplo da necessidade de implantação de CRAS's como condição para o vínculo municipal ao SUAS (SILVEIRA, 2007, P. 63).

A Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais de 2009 apresenta e descreve os serviços que compõem o SUAS por meio de níveis de proteção e de complexidade. Os serviços estão classificados em dois níveis, Proteção Social Básica (PSB), caracterizado por “ações preventivas de caráter indispensáveis, que possuem o a PNAS”, executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e de “forma direta em entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS, e Proteção Social Especial (PSE). (BRASIL, 2004)

A concepção do SUAS parte da definição na PNAS/04, que atribui papel de regular e organizar em todo território nacional os serviços assistenciais. Com foco nas famílias, seus membros e indivíduos. Executa seus serviços também por meio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), “visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário”. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos. (BRASIL, 2004).

As famílias que vivem em situação de desamparo social, como também as vítimas de violência psicológica, física, explorações, crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, encontram sendo acompanhadas na rede de serviços da assistência social pelas unidades públicas estatais (CRAS, CREAS, CENTRO POP, CRI, ABRIGOS, Centros de Convivência) como também por outras entidades de assistência social instalada no país. (BRASIL, 2009).

Apesar de reconhecer a importância do foco na família, que inclui ações como, o acolhimento, recepção, orientação e referência, devendo expressar a forma de se atuar com a própria sociedade, na direção do esgotamento dos determinantes geradores das demandas, tendo como principal desafio alargar o debate sobre a consolidação do campo sócio assistencial, para superar alguns paradoxos que se apresentam e o aprofundamento das potencialidades reais do SUAS.

Devem-se analisar de forma crítica essa perspectiva, que pode representar um reforço da sua responsabilização na proteção social na intervenção do Estado apenas em famílias em situação de vulnerabilidade social, deste modo tem-se uma dualidade, onde se deve questionar se é uma estratégia para o enfrentamento das vulnerabilidades ou o compartilhamento das responsabilidades sociais.

O MDSA na condição de órgão gestor nacional adota o cadastro único para programas sociais identificando as necessidades básicas em todos os municípios brasileiros. Assim o cadastro não se limita à concessão de benefícios de transferência de renda, mas sim, em constituir com a gestão municipal os planejamentos locais, permitindo que os serviços públicos atendam às necessidades locais.

Aqui se identifica o direcionamento deste trabalho, o CRAS é situa-se em locais de maior vulnerabilidade urbana ou rural, em que com ajuda dos assistentes sociais, psicólogos, educadores, dentre outros, apoio e suporte às famílias, principalmente mulheres na sua função de prover e cuidar dos membros da família.

O público da grande parte de instituições, espaços sócio ocupacionais do profissional de Serviço Social, são cidadãos e grupos que muitas vezes se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004)

A PNAS também possui alguns programas que “compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar,

incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.” (NOB/SUAS, 2005, p. 94). Em relação aos espaços desenvolvidos exclusivamente pelo CRAS, onde as pessoas podem expressar suas dificuldades e buscar, de forma conjunta, soluções para as situações de vulnerabilidades enfrentadas:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), é o principal serviço para efetivação da proteção social no SUAS, por caracteriza o primeiro contato das famílias ou indivíduos, onde é disponibilizado atividades de convívio, socialização, informações e acesso aos direitos sócio assistenciais. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que é um serviço complementar ao PAIF, que desenvolve atividade como a formação de grupos, possuindo caráter preventivo e proativo (BRASIL, 2009, p. 19-29).

É importante compreender que a essa política se caracteriza, também como ação compensatória, compondo o tripé da seguridade social, tem finalidade de dar cobertura aos riscos sociais, em que se encontram àqueles que têm necessidade de alcançar esses mínimos sociais.

De acordo com pensamento BATTINI (2007), os desafios percorrem diante de uma conjuntura liberal, trazendo novas forma de resistência em defesa da seguridade social através da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social).

Segundo Braga (2011), é importante enfatizar as estratégias que o Estado vem trazendo para os equipamentos do CRAS, as infraestruturas do espaço sócio ocupacional, muitas vezes são reaproveitados em ambientes já existentes, sem muitas vezes ter condições necessária, que atenda toda demanda. A precariedade afeta as condições de trabalho do assistente social dificultando o fazer profissional para da resposta imediata aos seus usuários.

Um dos dilemas da política de assistência social SUAS, se aprofundam no processo de privatização da política de seguridade, saúde e da previdência. Que perpetua numa centralidade de recursos enxugados, de direitos básicos de proteção social que inibe a população de ter acesso universalização dos direitos. (MOTTA, 2008).

Braga (2011), afirma que a realidade social desafia á assistência social de modo que o trabalho supere os obstáculos na perspectiva de fortalecer a cidadania. E contribui para transformação social, viabilizando os direitos, que estão constituídos na constituição federal de 1988, garantindo a classe subalternas a efetivação dos seus direitos.

Entende-se, por tanto, que a política de assistência social é indispensável para viabilização de proteção social básica da família, que busca universalização dos direitos das



classes subalternas. O CRAS vem por meio das políticas sociais, enfrentar a realidade da desigualdade social, combater e prevenir situações de vulnerabilidade social em seu caráter imediato.

A pertinência do espaço sócio ocupacional na rede da comunidade tem como objetivo de intervir nas relações sociais atingidas pelas contradições do sistema capitalista. É importante analisar o processo de trabalho do assistente social na instituição do CRAS, de forma como lidam com a política do SUAS, para atender as demandas dos usuários, garantido e efetivando os seus direitos adquiridos na constituição federal.

O CRAS acaba se apresentando como o lugar todas as problemáticas relacionadas à questão social são resolvidas. E mais, congrega inúmeras atividades, que mesmo com o discurso da integralidade das ações acabam por se repetir, redundar em outros programas do governo ou até do próprio município.

Percebe-se que a política de assistência social, o SUAS é a direção para viabilização de proteção social básica da família, que busca universalização dos direitos das classes subalternas.

O Assistente Social no âmbito CRAS precisa ser comprometido, livre de qualquer preconceito para que possa viabilizar uma abordagem com as famílias de maneira que fortaleça os vínculos afetivos sociais para que os atendidos sintam-se bem e a vontade para participar da instituição como parte pertencente a ela, e considera-se importante, esse compromisso, ao passo que a profissão se alia a luta contra a discriminação, o preconceito, que tange principalmente ao grupo em situação de vulnerabilidade social.

Compreende-se a pertinência do espaço sócio ocupacional na rede da comunidade no que objetiva nas relações sociais atingidas pelas contradições do sistema capitalista. O processo de trabalho do assistente social na instituição do CRAS, de forma objetiva, estabelece a relação do agir profissional, na qual é importante o profissional de Serviço Social entrar em contato desde a formação, pois é nesta relação que se pode estruturar uma prática profissional que realmente seja comprometida com o social, ou seja, com a classe menos favorecida da sociedade.

### **CAPÍTULO III - ASPECTO METODOLÓGICO, DISCUSSÕES E ANÁLISES DA PESQUISA REALIZADA NO GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CRAS TIMBAUBAS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE**

*“Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado!/Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!/A placa de censura no meu rosto diz: Não recomendado à sociedade<sup>25</sup>” .*

*(Caio Prado, 2017)*

Neste capítulo aparentam-se os dados referentes à pesquisa, apontando o aspecto do delineamento metodológico, na compreensão dos caminhos do estudo, além da apresentação do público envolvido, e os resultados revelados na pesquisa visando responder aos objetivos propostos para cumprimento deste trabalho.

Para a construção da seção 3.2, utilizou-se de relatos orais do grupo de diversidade sexual do CRAS Timbaubas, onde foi relatado através de uma conversa em grupo a respeito da temática da pesquisa, pois ao ir a campo, se foi utilizado o procedimento de Pesquisa Participante, e foi importante para essa construção, pois a proposta é representar através das falas o mais próximo possível do cotidiano desses sujeitos, e também foram utilizadas, músicas e poesias para abordar a temática.

Ademais as respostas das entrevistas semiestruturadas realizadas com os integrantes do grupo de Diversidade Sexual do CRAS Timbaúbas em Juazeiro do Norte- CE foram abordadas e confrontadas com autores, retratando a realidade dos mesmos em relação à lgbtfobia.

As análises e discussões desta pesquisa têm como foco principal transmitir entendimento sobre a lgbtfobia, visando responder aos objetivos propostos para cumprimento deste trabalho de conclusão, partindo da visão dos sujeitos que vivenciam as consequências do preconceito e da intolerância, de forma que os indivíduos se reconheçam, partindo de um processo de consciência das situações que permeiam os campos de vida, do cotidiano, a fim de que construam também as saídas para questões que os competem.

---

<sup>25</sup> Trecho da música Não Recomendo do compositor Caio Prado de 2017, considerado o hino contra homofobia deste mesmo ano.

### 3.1 CAMINHOS TRILHADOS PARA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: DELINEAMENTO METODOLÓGICO

No trabalho acadêmico, a classificação da metodologia caracteriza-se pela apresentação do método utilizado para construção da pesquisa, que consiste basicamente nos caminhos trilhados para desenvolver a pesquisa científica. Desta maneira, o método conduz o pesquisador a percorrer este caminho a fim de encontrar resultados que contemple o estudo em construção.

Neste sentido, “para ter êxito nesse processo, se faz necessário a utilização de um método de pesquisa adequado, capaz de contemplar de maneira o problema de investigação” (VERA, 1980), ou seja, que coadune com os objetivos esperados.

A metodologia então pode ser definida como a “discussão epistemológica sobre o caminho do pensamento, que o tema ou o objeto de investigação requer”, e são importantes que sejam apresentados e justificados os métodos, técnicas e dos instrumentos operativos. (MINAYO, 2007, p. 44).

A metodologia das pesquisas científicas “pode ser classificada e definida conforme sua abordagem, finalidade e procedimentos técnicos empregados” (GIL, 2010). O método, segundo Garcia (1998, p.44) representa um procedimento racional e ordenado, constituído por instrumentos básicos, que implica utilizar a reflexão e a experimentação, para proceder ao longo do caminho e alcançar os objetivos preestabelecidos no planejamento da pesquisa.

O que pode contribuir fervorosamente para obter resultados eficazes junto a pesquisa que agora se aborda, fato é que pôde-se utilizar de relatos e falas, bem como de participação coletiva para dar andamento a um processo de estudo que levaria a uma pesquisa científica.

Enquanto procedimentos técnicos, de uma pesquisa bibliográfica, documental, de campo e Pesquisa Participante. É pesquisa bibliográfica, pelo fato de que a investigação foi realizada tendo como fontes livros, artigos e outros textos científicos, para Fonseca (2002, p. 32) “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos”.

A Pesquisa bibliográfica, “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002 p. 40). É também pesquisa de campo, pois se foi a campo com objetivo de realizar entrevista, ou seja, essa pesquisa “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas” (FONSECA, 2002).

É pesquisa documental, visto que se utilizaram pesquisas em sites eletrônicos, revista eletrônica, reportagens e vídeo. Segundo Oliveira (2007, p.69), “a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

É pesquisa de campo, pois se buscou a informação diretamente com a população pesquisada, diretamente. Para Ventura (2002, p. 79), a pesquisa de campo deve merecer grande atenção, pois devem ser indicados os critérios de escolha da amostragem (das pessoas que serão escolhidas como exemplares de certa situação), a forma pela qual serão coletados os dados e os critérios de análise dos dados obtidos.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. (GONCALVES 2001, p.67).

Tem características de pesquisa participante para construção da seção 3.2, pois se buscou interagir com a população estudada, com objetivo de proporcionar o conhecimento do grupo, adotou-se como estratégia se inserir e assumir um papel nele. Nesse sentido, segundo Le Boterf (1984), a população envolvida acaba não sendo apenas um objeto de estudo, as pessoas participam da análise, num processo de autoconhecimento, identificação de, análises e buscar as soluções adequadas.

Enquanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como mista, ou seja, exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005), que em aspectos gerais, parte-se de um problema constatado em alguma realidade, natural ou cultural, coleta-se informações, bibliográficas ou não, analisa-se as variáveis envolvidas e propõem-se recomendações, “estabelece relações entre as variáveis” (GIL, 2002).

Identificar melhor, em caráter de sondagem, um fato ou fenômeno, tornando-o mais claro e propor problemas ou até hipóteses e “possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática”. (TRIVINÖS, 1990).

A respeito da abordagem, este estudo se trata de pesquisa qualitativa, que de modo geral visa entender, descrever e explicar os fenômenos sociais de modos diferentes, através da

análise de experiências individuais e grupais, assim como da investigação de documentos ou traços semelhantes de experiências e integrações (FLICK, 2009).

Segundo Chizzotti (1995, p.79), “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Em relação ao método de abordagem, que é responsável pela transparência objetividade da pesquisa, optaram-se pela perspectiva dialética que se caracteriza pelo confronto de ideias, atribuindo significados as informações obtidas, através das entrevistas semiestruturadas, que é o instrumento de coleta de dados utilizado, ou seja, esse método penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Levando em consideração as técnicas para coleta de dados, esta pesquisa utilizou dados secundários, no que diz respeito aos dados que já se encontravam disponíveis, como livros, sites, artigos científicos, leis, e dados primários, que são dados que ainda não sofreram estudo e análise. Para coletá-los, pode-se utilizar questionário, entrevista, discussão de grupo, observação e outros.

Aqui se utilizou a entrevista semiestruturada<sup>26</sup>, que é um dos principais instrumentos usados nas pesquisas das ciências sociais, desempenhando papel importante nos estudos científicos. A entrevista provocou ricas contribuições ao trabalho, onde as respostas foram apresentadas junto à interlocução com outros autores que tratam da temática posta neste estudo.

A entrevista contém perguntas destinadas aos participantes do grupo de diversidade sexual do CRAS Timbaubas, a coleta de dados ocorreu durante os dias 21 e 28 de Maio de 2019, o grupo tem universo de 20 inscritos, no dia da entrevista compareceram 15 participantes que colaboraram com a entrevista. A amostra é de 75%, devido a quantidade reduzida de pessoas. Abaixo serão apresentadas as análises dos resultados das entrevistas.

No que tange as concepções éticas, durante todo o percurso metodológico os sujeitos pesquisados foram comunicados sobre a proposta e a finalidade da pesquisa, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE<sup>27</sup> para coletar suas devidas autorizações, bem como utilizado nomes fictícios, foi utilizada nas falas as designações: (R1), (R2), (R3), (R4) a fim de preservar a identidade dos participantes inseridos na pesquisa.

---

<sup>26</sup> Ver em anexo 1.

<sup>27</sup> Ver em anexo 2.

### 3.2 “EU NÃO OUÇO O MEU GRITO NA TREVA, O FIM QUE ME BUSCAR<sup>28</sup>”: AS MARCAS DA LGBTFOBIA NO COTIDIANO

O CRAS Timbaúbas, situado no Juazeiro do Norte/CE, construiu o grupo de Diversidade Sexual e Juventude, que se iniciou no ano de 2018, a praticamente 8 meses antes desta pesquisa, sob forte influência do recente Conselho de Direitos LGBTI+ do referido município. O grupo conta com 20 inscritos, com encontro semanal, onde discutem temas, formam palestras informativas, realizam eventos, como as “As mães da diversidade” que tem intuito de fortalecer o vínculo familiar, e outros processos de articulação contributiva.

Para esta Seção, selecionamos alguns relatos orais do grupo de diversidade sexual do CRAS Timbaubas (colhidos por meio de atividades grupais nas quais houve a nossa participação), visto que foi relatado através de uma conversa em grupo a respeito da temática da pesquisa, pois ao ir a campo, foi utilizado o procedimento de Pesquisa Participante, onde nos disponibilizamos para além de apresentar a temática, estabelecer diálogo a fim de produzir conhecimentos.

Consideramos que esse momento foi importante para essa construção, pois a proposta é representar através das falas o mais próximo possível do cotidiano desses sujeitos, e com a finalidade de se perceber que essas realidades estão muito próximas de todo nós, dispostas na realidade cotidiana e profissional, visto que no caso do Assistente Social, estará na linha de frente do CRAS, para estabelecer possibilidades de efetivação e prevenção dos riscos sociais.

Podendo ser definida como, “uma aversão irreprimível, repugnância, medo, ódio, preconceito que algumas pessoas nutrem contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais<sup>29</sup>”, a lgbtfofia, como já dissemos, incide no cotidiano da sociedade, e possui modus operandi legitimado por instituições, discursos de ódio e ações de agentes formadores de opinião, que insere características de preconceito e discriminação por orientação sexual na cultura, através dessa estrutura de poder.

Por esse ângulo, ficam claros os riscos sociais, que vai além do insulto, de brincadeiras e piadas, do empurrão, do não pode demonstrar carinho em público, mas da culminância do crime na integridade física, na morte. Contudo, a violência pode se manifestar na forma de

---

<sup>28</sup> Trecho da música Balada de Gisberta, do compositor português Pedro Abrunhosa, lançada álbum Luz (2007), e interpretada por Maria Betânia. A música retrata as chagas da intolerância e do ódio da violência homofóbica, baseada na história de vida e morte da brasileira Gisberta de 46 anos, transexual, que foi brutalmente assassinada, amarraram seu corpo a um pedaço de madeira e a jogaram num poço profundo de água.

<sup>29</sup> Ver definição em site: [politize.com.br](http://politize.com.br)

humilhações, ameaça exploração, discriminação, críticas sobre o modo de ser, proibição de socialização.

Uma desgraça segue os passos de outra e tão próxima ela vem, é noite e talvez por isso elas costumam acontecer, pois no escuro será mais fácil esquecer, mataram elas, um tiro na cabeça de cada uma, (...) Não demorou muito até que se ouvisse o primeiro barulho, e junto a um líquido salgado que escorria por suas bochechas veio um líquido quente vermelho escarlate, como o seu batom, manchando todo o asfalto. (PEREIRA, 2016 p. 28 apud COSTA, 2017, 68).

O texto acima se trata de um trecho de um espetáculo teatral, intitulado Br Trans de Silvero Pereira, artista, cearense, homossexual, que em suma conta histórias de travestis, a partir do trabalho acadêmico realizado para o curso superior de licenciatura em teatro.

Esse espetáculo traduz de forma contundente a vida, o cotidiano de muitas realidades existentes país a fora. Neste trecho, destaca-se a forma cruel de um assassinado de duas travestis, e ao que fica subentendido, apenas por questão de orientação sexual, e a impunidade, a naturalidade com que são tratadas essas mortes.

Para Bento (2011, p. 554), “É como se houvesse um subtexto: quem mandou se comportar assim? Produzindo intolerância que parece ser a mais cruel dentre seguimento LGBTI+” que é a Transfobia.

Elas são as mesmas meninas, Brincando de boneca sentada na esquina, Elas são as mesmas meninas, Com uma gilete de baixo da língua, Elas são as mesmas meninas, Espelho, batom borrado, seguem sua sina, Elas são as mesmas meninas, De salto agulha pisa na ferida (Meninas de ponta: Rosa de Pedra, 2013).

O trecho dessa música, retrata a vida de profissionais do sexo que são travestis, a música informa ao receptor que seguindo sua sina, as travestis que vivem dessa maneira, de gilete debaixo da língua e de salto agulha pisam na ferida, que pode ser lida como a luta diária pela sobrevivência.

### **Figura I - LGBTFOBIA, Sangue colorido**



Fonte<sup>30</sup>

A imagem acima retrata a violência contra a população LGBTIQ+, de forma que o sangue está representado em forma arco-íris, informa a motivação de quem pratica o crime da lgbtfobia. Relato (1): homossexual, 21anos: “Fui expulso de casa, tinha 12 anos, meu pai não aceitou a ideia de eu se afeminado, eu nem sabia se eu era gay, mas meus trejeitos me entregavam, ele disse que preferia um filho ladrão, do que um filho “viado”, fui morar com uma tia, que sempre me apoiou, hoje tenho 21 anos, já perdoei meu pai, mas a dor que passei, pela falta de carinho, pela falta de amor, isso eu nunca vou esquecer.” Aqui, compreendemos a violência psicológica, onde a família têm a papel fundamental nesse processo.

Figura II - #SOMOS TODAS VERÔNICA



Fonte<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Imagem disponível em: <http://brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/a-cada-48h-uma-pessoa-trans-e-assassinada-no-brasil-aponta-estudo/attachment/homofobia-bule-voador/> Acesso em 09/06/2019 as 18:31

<sup>31</sup> Charge utilizada na campanha #SomosTodasVerônica. (Fonte da imagem: Divulgação/Vitor T./Facebook). Disponível em: <https://medium.com/@MinutoProdutivo/o-somos-todas-ver%C3%B4nica-%C3%A9-a-urubologia-do-bem-elevada-ao-n%C3%ADvel-gore-b17ad503d06f/> Acesso em 09/06/2019 as 17:53.



A imagem acima representa uma mulher trans chamada Veronica Bolina, que ficou conhecida através da comoção acerca da forma que foi conduzida sua prisão por agressão a uma idosa, ela teve seu rosto e corpo desfigurados por agressões por parte dos policiais, teve o cabelo cortado, e sua imagem divulgada nas redes sociais, que intensificou as discursões sobre a transfobia existente na sociedade.

Os (2) e (3) são de travestis que vivenciaram a violência a 2 por policiais que deveriam exercer papel de assegurar a segurança e o 3 presenciou cenas que acontecem cotidianamente com travestis que fazem programa :

Relato (2): travesti, 35 anos: “Certa vez eu e minhas amigas fomos barradas em um bar, eu discuti com a polícia, disse que eu tinha o direito de ir e vir, e que não estava fazendo mal a ninguém, mesmo assim me colocaram no carro e me agrediram, hoje eu procuro ir em ambientes em que eu conheça quem vai estar lá”.

Relato (3): travesti, 31 anos: “Eu vi a minha amiga ser violentada fisicamente, um homem que diziam ter sido enganado por um travesti, pois pensava que estava contratando uma mulher”.

As mulheres lésbicas também sofrem de preconceito, elas vide Relato (4): Lésbica, 25 anos: “Sou casada com uma pessoa do mesmo sexo, porém não posso demonstrar carinho, dizer pro mundo que a amo, pois em relação a mim, minha mãe não pode saber, pois a amo e ela não aceita de forma alguma.”

---

**Figura III - Vidas trans importam, Dandara assassinada**

Fonte<sup>32</sup>

Ao conversarmos sobre transfobia, identificarmos que essa talvez seja a população que mais sofre dentro o seguimento LGBTI+, um participante lembrou do caso de Dandara no, “O que mais me chocou foi aquela travesti, morta a pedradas, puladas, levaram ela num carrinho de mão no meio da rua, eram vários homens, gravaram tudo e o vídeo vazou na internet, eles riam da situação, mesmo que fosse por outro motivo, sem ser homofobia, ninguém merece o que aconteceu com ela, só consigo pensar na família dela, essa imagem nunca sairá da memória.” Relato (6): heterossexual.

**Tabela I – As causas da morte LGBTI no Brasil em 2016**

CAUSAS DA MORTE	TOTAL
Afogamento	2
Arma Branca	31
Arma de Fogo	66
Asfixia	6
Atropelamento	3
Carbonização	5
Encontra morta em estado de putrefacção	1
Encontrada morta sem sinais de violência	1
Espancamento	6
Esquartejamento	1
Pauladas	9

<sup>32</sup> Foto: Reprodução/Facebook – Campanha #PelaVidaDasPessoasTrans. Disponível no site: <http://www.justificando.com/2017/03/21/ministerio-publico-do-ceara-denuncia-sete-por-morte-de-dandara/> Acesso em 09/06/2019 as 18:05.

Pedradas	4
Tortura	3
Sem identificação	4
	142

Fonte<sup>33</sup>

Na imagem acima, temos uma tabela que mostra as principais causas de morte das pessoas LGBTI+ em 2016, onde a arma os principais são por arma de fogo (66), em segundo lugar arma branca (31), e outros por pauladas (9), as outras que tem menos incidência, apresentam formas cruéis, como pedradas, asfixia, carbonização.

Alguns atores sociais argumentam, informando que os heterossexuais também são assassinados pelas mesmas causas da população LGBTI+, e partindo desse pressuposto, criminalizar a lgbtfobia seria dar privilegio a um grupo e incitar a ‘praticas lgbt’, entretanto, refutamos essa visão, pois existe nesse íterim uma motivação por questão de identidade sexual, ou seja, apenas pelo fato d existência do sujeito da causa, tem sua vida em risco.

É possível identificar essas marcas da lgbtfobia, que são cotidianas onde as imagens, as músicas, relatos, textos apresentados aqui indicam a necessidade de reposta a demandas complexas, e é necessário avançar em relação a políticas públicas que melhor atendam essa população, e já que buscamos relacionar a com a Política de Assistência Social, avaliamos que diante do exposto nos capítulos anteriores e neste, ainda é necessária muita luta, e cada vez mais dar visibilidade a esta população.

### 3.3 AFINAL QUEM TEM MEDO DE LGBTI+? A PARTIR DO ESTUDO DO GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CRAS TIMBAÚBAS

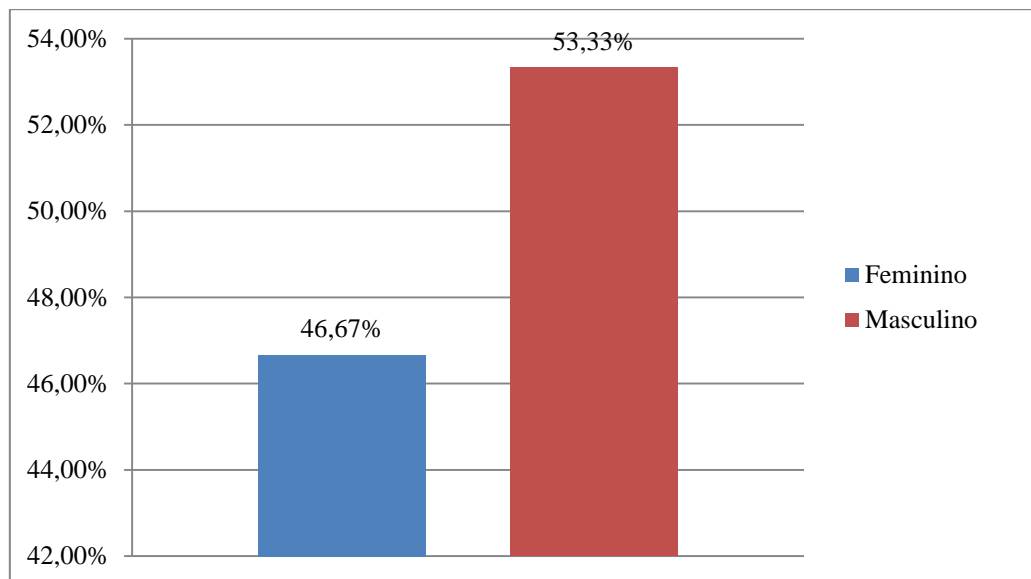
Esse tópico apresentou resultados da entrevista semiestruturada realizada com 15 participantes do grupo de Diversidade Sexual no CRAS TIMBAÚBAS, tendo objetivo produzir um estudo acerca lgbtfobia, a partir da visão dos integrantes do referido grupo de diversidade sexual.

A pesquisa foi realizada na instituição nos dias 23 e 30 de maio do corrente ano, tendo como universo de 20 inscitos do grupo, sendo realizadas 15 entrevistas, pois 5 integrantes

<sup>33</sup> Pesquisa de confecção do Grupo Gay da Bahia, dados de violência contra LGBTI+ noticiadas nas mídias coletados a partir de pesquisa na internet, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>. Acesso em 09/06/2019 as 18:50

não comparecerão o não quiseram responder, portanto, a amostra é de 75% devido ao número reduzido. Abaixo serão apresentadas as análises dos resultados das entrevistas. Inicialmente apresentados gráficos com dados pertinentes a pesquisa, que se retratou de início o gênero, classificando assim a quantidade de participantes do sexo masculino e feminino.

**Gráfico I - Gênero**



**Fonte:** Primária, 2019.

O Objetivo dessa questão é verificar a quantidade de homens (46,67%) e de mulheres (53,33%), participantes do grupo de diversidade, a partir desse gráfico, compreende-se que existem mais mulheres do que homens no grupo apesar de serem percentuais aproximados, quase a metade.

Indica-se visualizar as questões que envolvem essa relação de homens e de mulheres, no acesso a políticas sociais, que nesse caso o está acessando a política de assistência social, em que a mulher, “vêm constituindo majoritariamente a população usuária do SUAS, contudo, as disparidades existentes na relação entre gêneros não são debatidas no âmbito desse Sistema. ” (BANDEIRA, 2004, p.6)

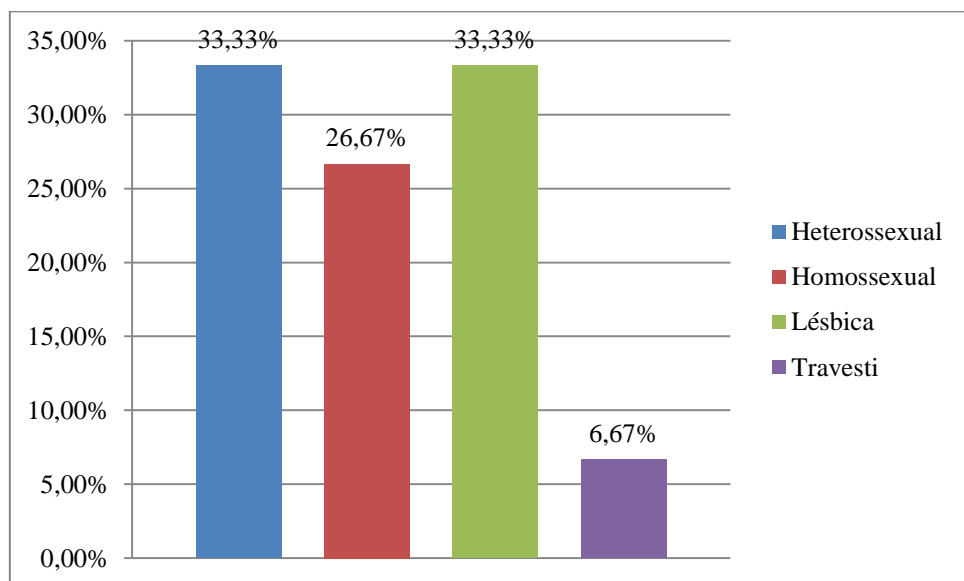
Contudo, pode-se conceber essa disparidade, prioritariamente ao processo histórico vivenciado, onde a mulher “adquire responsabilização da mulher pelo cuidado familiar, com a identificação da mulher como responsável familiar pelos serviços, por ser ela a corporificação da família junto aos serviços. ” (BANDEIRA 2004, P.6).

Podemos então conceber que algumas práticas da Política de Assistência Social, em relação à questão de gênero, assumem papel por vezes distorcido e que levam para um campo onde, acaba-se reafirmando o papel de mulher em moldes do patriarcado, devendo, pois, alterar essas relações para o fortalecimento da mulher enquanto sua autonomia.

O que leva a retomar o que foi tratado nos capítulos anteriores a respeito de gênero, onde gênero está para diversidade, assim como a recíproca é verdadeira. Retomamos ao identificar que segundo Bento (2002), “Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo”.

Deve-se concordar, pois é importante conceber homem e mulher da forma que ser expressa na sociedade, e não apenas por questões cromossômicas, ou identificar por genitália, é preciso olhar para essas questões de forma a extrair orientações para construção de conhecimento adequada às demandas LGBTI+.

**Gráfico II – Orientação Sexual**



**Fonte:** Primária, 2019.

O gráfico acima se refere à orientação sexual dos participantes do grupo, tem objetivo identificar as identidades dos participantes, onde (33%) é homossexual, (33%) se reconhece heterossexual, e (6,67%) travesti.

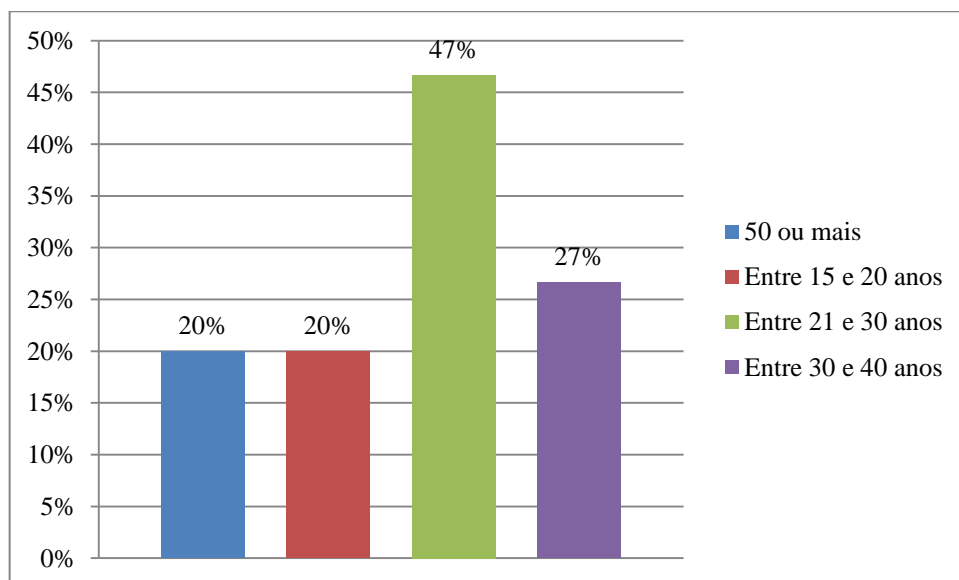
As relações de gênero, decorrente do processo de construção social do masculino, feminino e do não gênero, implicam na contemporaneidade em sua relação não só afetiva,

mas se expressão de forma contundente nas relações de trabalho, educação, segurança, saúde, lazer, família, ou seja, em sua relação com o mundo.

A garantia do exercício da cidadania de pessoas vítimas de opressão e discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero - bem como de outros marcadores sociais da diferença estigmatizantes – é um dever dos agentes públicos e de toda as instâncias governamentais, tendo em vista a laicidade do Estado brasileiro e a inexistência de qualquer previsão legal ou justificativa ética e moral sustentável para a exclusão de lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais do conjunto dos animais reconhecidos como humanos. (AVELAR; BRITO; MELLO, 2010, p. 350).

Pode-se então afirmar que, as expressões da sexualidade não heterossexuais, e as expressões de gênero que não se enquadre no padrão socialmente aceito, transportam essas identidades para um lugar distinto na cultura, que é o lugar de opressão, e isso fica muito claro quando se verifica a realidade desses seguimentos, que fazem parte de vez em quando dos noticiários.

**Gráfico III – Idade**



**Fonte:** Primária, 2019.

Em relação a idade apontada no estudo, têm-se que, são (47%) de 21 a 30 anos, e de 30 a 40 anos (27%), o que representa um grupo jovem, é necessário considerar que a contemporaneidade remete a pensara a juventude considerando a singularidade de cada um,

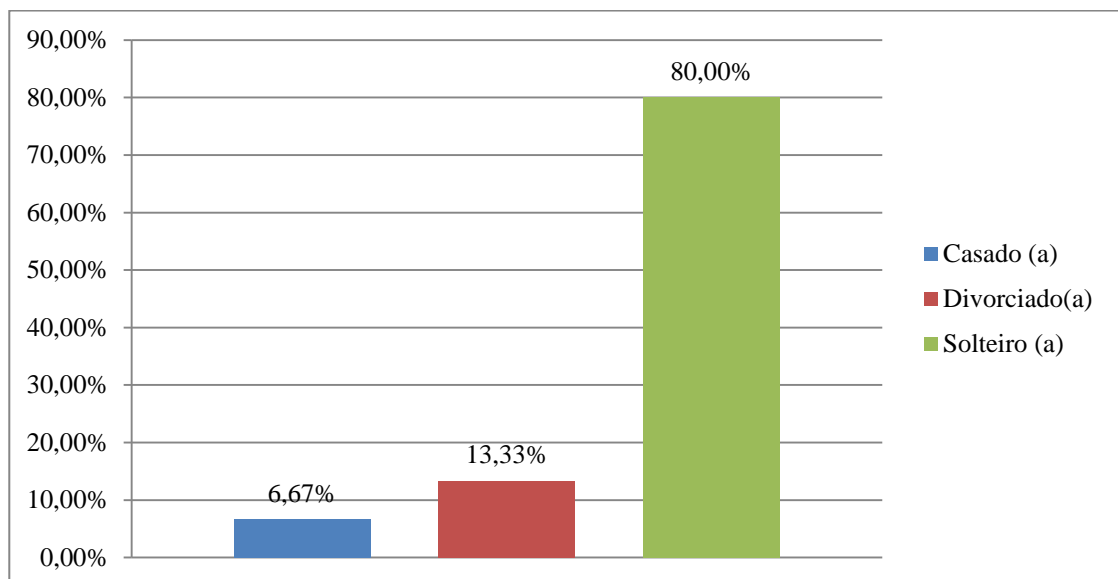
que apesar de determinada pela realidade material de sua vida em sociedade, são sujeitos de sua história.

Flecha (2011) indica que estes sujeitos também é de desejo, e isso implica em ser inconsciente e alienado às coordenadas simbólicas de sua época. Desta forma, nos cabe pensar o sujeito jovem na contemporaneidade e suas ações na sociedade.

COUTO et all (2012) destaca o debate em torno de algumas questões na relação da política de assistência social com os usuários: a herança conservadora da identidade dos usuários, que são diversas denominações quem têm sido incorporadas a esta população e muitas vezes os princípios são de desvalorizar e/ou subalternizar os sujeitos, destituindo-o da condição de cidadão de direitos.

Evidentemente, a juventude na contemporaneidade se faz necessário despir-se de qualquer estigma ou estereótipo preconcebidos e atribuídos a estes jovens, para que seja possível visualizá-los de uma nova ótica, em níveis de igualdade.

**Gráfico IV – Estado Civil**



**Fonte:** Primária, 2019.

Em relação ao estado civil, identificamos que (80%) do grupo estão solteiros, (13%) divorciado e (6,77%), tais representações apontam questões do processo de envelhecimento da população LGBTI+, relacionado com a solidão demonstrado a partir desse gráfico.

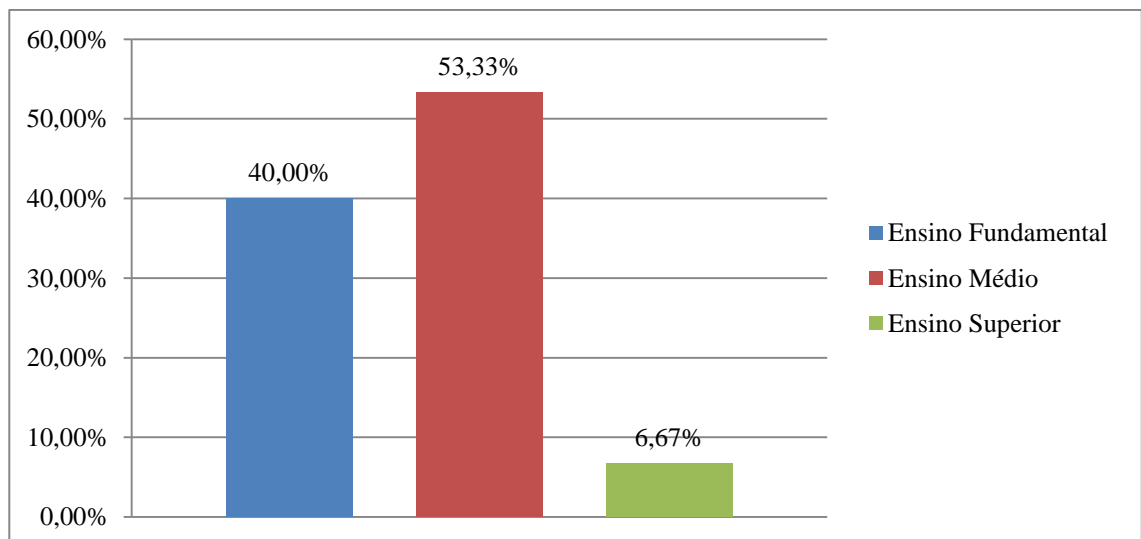
Segundo Motta (2003), a passagem dos 20 para os 30 anos significaria, nas experiências de vida de um homossexual masculino, uma preocupação no processo de

envelhecimento, pois existem melancolias pessoais/existenciais, principalmente para conseguir parceiros.

Já para CARDOSO (2014), questão da solidão se torna muito mais específica quando se observa as experiências e trajetórias de vida de homossexuais masculinos em uma cidade de porte médio.

Partindo da análise dos dados apresentados, demonstra que a solidão afirma-se como uma realidade, pois, percebe-se que o grupo é caracterizado por sua grande maioria de jovens de 21 a 30 anos, sendo que todos eles, não vivenciam um relacionamento, que pode ter outros fatores, envolvidos, porém que confirma a narrativa de um processo de envelhecimento com dificuldades para efetividade da solidão amorosa.

**Gráfico V - Escolaridade**



**Fonte:** Primária, 2019.

Em relação à escolaridade (53%) tem ensino médio e (40%) ensino fundamental. Percebe-se que apesar do grupo se formado por sua maioria, pessoas que deveriam estar inseridas no sistema de educação, cursando o ensino médio, ou ensino superior, existe um número expressivo de pessoas que só cursaram o ensino fundamental.

Aqui se compreende a urgência de uma educação que se preocupe com população LGBTI+, pois é no espaço de aprendizado que se concebe as mais variadas relações de cidadania e o devido respeito ao direito do outro.

Na escola se impõe, por muitas vezes, as práticas de ódio em crianças, adolescentes e jovens. Para que as leis de respeito a direitos civis encontrem acolhida no imaginário social,



se faz necessário que tal educação se pautem por enfoques de gênero, ressaltando singularidades.

A escola viria deixando de lado o desenvolvimento de capacidades por um “sentir pensante” crítico, que colabore no fazer escolhas que combine o reconhecimento de vulnerabilidades sociais e a importância de proteção amigável, não castradora, considerando-se que o exercício de autonomia requer tanto ambientes protegidos como que se oportunize a liberdade e a capacidade de se fazer escolhas (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA; REIS, 2017, p. 23).

A escolaridade do grupo, portanto, indica negativa no processo de ensino-aprendizado, que deve ser levada em consideração ao compreender a importância da educação para uma sociedade mais justa, que se traduz numa consciência de mundo mais ajustada ao reconhecimento dos direitos sociais.

Outras perguntas foram apontadas na entrevista, visto à necessidade de buscar respostas que pudessem evidenciar as hipóteses levantadas inicialmente a construção desse estudo, portanto, foi perguntado como se aproximou das temáticas de gênero e sexualidade, e se houve algum impacto na sua vida ao participar do grupo, as respostas foram as seguintes:

*“Conheci ao visitar o CRAS e mudou, pois conheci mais sobre a diversidade” (R4);*

*“Me aproximei através do CRAS, é muito bom fazer parte do grupo porque a gente tem a com conhecimento de nesses direitos e deveres” (R2);*

*“Através do CRAS e houve um impacto importante, pois, nos depoimentos das pessoas, é como se estivessem contando minha história” (R16);*

*“No CRAS, o impacto foi que melhorei como pessoa, passei a ver as pessoas com outro olhar” (R5),*

*“Sempre tive interesse pela temática e aqui obtive um grande aprendizado” (R3).*

*“Sim aqui me sinto bem e as atividades são ótimas por exemplo foi feito um evento para as mães da diversidade que axo que aproximou mais ela de mim” (R8)*

*“demais. porque temos que cuidar e trabalhar nossas vidas, e nos humanizar mais” (R10);*

*“sim porque a gente aprende muitas coisas que a gente não sabia” (R11);*

*“sim acho importante porque me ajuda na autoestima as atividades Ajuda também no conhecimento nos direitos e deveres da vida do ser humano foram as pessoas que frequentam que tem bastante testemunhos de vida minha palavra é de gratidão.”(R5)*

*“sim pois pessoas tem uma maturidade, ainda e dá empoderamento, mais conhecimento e compartilham experiências.” (R6).*

O CRAS, como já abordado nos capítulos anteriores, tem um significado importante para a população LGBT+, é indispensável para viabilização de proteção social básica da família, que busca universalização dos direitos das classes subalternas e vem por meio das políticas sociais, enfrentar a realidade da desigualdade social, combater e prevenir situações de vulnerabilidade social em seu caráter imediato.

Esse espaço acaba se apresentando como o lugar todas as problemáticas relacionadas à questão social são resolvidas. E mais, congrega inúmeras atividades, que mesmo com o discurso da integralidade das ações acabam por se repetir, redundar em outros programas do governo ou até do próprio município.

O primeiro passo para se chegar à plena proteção dos direitos é informar e conscientizar as pessoas sobre a existência de seus direitos e a necessidade de defende-los. Com efeito, quando alguém não sabe que tem um direito ou dispõe apenas de informações vagas e imprecisas sobre ele, é pouco provável que venha a tomar alguma atitude de defesa desse direito ou que vise à sua aplicação prática. (DALLARI, 2004, p.97)

De acordo com as respostas, compreende-se que o CRAS possui potencial para contribuir com a luta por direitos a população LGBTI+, segmento apresenta inúmeras violações de direitos, fruto do processo sócio histórico da construção da sociedade, sendo pertencentes, mas não integrados na sociedade como sujeitos de direitos, que exercem e usufruem de cidadania.

Com objetivo de compreender o entendimento dos entrevistados sobre a lgbtfobia, foi perguntado como eles avaliam o preconceito contra a população LGBTI+, as respostas foram sobre a importância de se discutir sobre a temática:

*“muito rim, pois pode matar”(R1) ;*

*“Infelizmente, ainda não se combate em 100%, porém, mundo é para todos (R2);*

*“falta de conhecimento de uma educação que poderia ser dada, pois as pessoas responsáveis por os agir assim muitas vezes não tem conhecimento” (R3);*

*“de uma forma triste as pessoas precisam respeitar e entender que temos livre arbítrio me entristece a ver uma pessoa da classe sofrer preconceito” (R4),*

*“Ainda há uma grande preconceito por se tratar de uma questão cultural ” (R5).*

*“Na minha opinião acho necessário pois às vezes muitas pecam por falta de conhecimento e isso também é denominado de preconceito” (R6);*

*“evitar certos constrangimentos e gerar mais respeito evitando a violência e o mundo com mais igualdade de gênero” (R7);*

*“comunicação educação humanização e é importante de toda uma diversa de todo um ser” (R8);*

*“acabar com preconceito através de informação educação e política pública” (R9);*

*“para que se rompam mais barreiras e preconceito” (10);*

É possível apreender que, existem grandes lacunas referentes à insuficiência do Estado, em investimentos de capacitação na área da diversidade sexual e de enfrentamento do preconceito e da discriminação por orientação sexual, que, ficam invisibilizados e a família é associada a esse processo pois recai sobre ela a responsabilidade que deveria ser do Estado.

Apesar dos avanços conquistados por essa população, a questão da homofobia ainda permanece presente neste século, arraigada à grande parte da sociedade mais conservadora e manifesta em suas mais diversas vertentes, como a lgbtfobia institucional, a familiar ou a internalizada.

Em 2012 a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos lançou um relatório com estatísticas surpreendentes: do total das 9.982 denúncias de violações, 3.084 referiam-se a violações relacionadas à população LGBTT. Em setembro ocorreu o maior número de registros, 342 denúncias. Em relação a 2011 houve um aumento de 166,1% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. (KOEHLER 2013, p. 137)

Outro questionamento levantado para o grupo se refere a família, foi perguntado como avaliam a importância da família na questão da lgbtfobia, considerando a importância do apoio familiar que se configura por se base na vida dos sujeitos. Sabe-se que PNAS e o SUAS trazem a família para o centro das ações da assistência social ao considerarem, em seu âmbito,

a matricialidade sociofamiliar como um aspecto importante, pois desloca a análise do indivíduo isolado para o núcleo familiar.

É possível identificar essas marcas da lgbtfobia, que são as falas indicam a necessidade de reposta a demandas complexas, e é necessário avançar em relação a políticas públicas que melhor atendam essa população.

A fim de identificar se o grupo sofreu preconceito por sua orientação sexual, perguntou-se qual a relação desses sujeitos com a violência lgbt.

*“Eu já sofri na minha escola, as pessoas me chamavam de viado, sempre e já fui expulso de casa”;* (R2);

*“já sofri sim conheço várias pessoas que sofrem preconceito, no meu caso já fui agredida por um policial”* (R16);

*“sim é comum em hospitais recepções, pois nos tratam como certa indiferença* (R3);

*“já tiveram preconceito pela minha a minha cor e a mãe de meu ex namorado, por não aceitar nossa relação”* (R5);

*“Sim eu já sofri em casa no começo quando eu falei no trabalho as pessoas me olham tanto como se eu estivesse uma dívida, parecia até que tinha feito algo de errado* (R6);

*“sim, um vez fui discriminado, dizendo para andar com postura e entre outros”;* *“conheço dentro da minha família o filho se revelou e a mãe colocou para fora de casa.”* (R1);

*“sempre tem pessoas que falam sapatão e o e odeio que me chame de sapatão.”* (R7)

*“sim, na escola batiam e eu tinha medo pois os outros me diziam coisas horríveis.”* (R8);

*“sim, quando foi doar sangue a moça perguntou se eu tinha namorada ou namorado, parecia zombar de mim, vi aquilo com um preconceito.”* (R10)

Percebe-se na fala dos entrevistados que a violência é uma realidade, Por esse ângulo, ficam claros os riscos sociais, que vai além do insulto, de brincadeiras e piadas, do empurrão, do não poder demonstrar carinho em público, mas da culminância do crime na integridade física, na morte.

Segundo Bento (2011), “as violências cometidas contra as pessoas LGBTI+ são múltiplas e cruéis, pois se convence que são pessoas inferiores, o que faz inferir que ultrapassar os limites de gênero socialmente aceito é colocar-se em posição de risco”. As

notícias de pessoas transexuais e travestis assassinadas no Brasil sem que haja apuração e punição dos/as culpados/as, e nitidamente por questão de homofobia com crueldade são alarmantes.

Concordando com a autora, é importante salientar que essa realidade está próxima de todos, pois as questões que envolvem a população LGBTI+, contudo é necessário que esse discurso seja ampliada, por meio de políticas descritas no capítulo anterior, e que seja cobrada aos representantes do povo, para que realmente sejam efetivadas.

A violência é um dos maiores desafios e deve ser compreendido como tema central para o Estado, ao passo que é um problema do campo da segurança pública, e é necessário através de políticas públicas garantir direitos a esse seguimento, visto que existe um contexto do desrespeito, intolerância, vidas ceifadas por ódio, impunidade, demandas que tendem a alargar, principalmente na conjuntura sombria que a política, a economia e a cultura estão experimentando no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho contemplou o seguimento populacional LGBTI+, compreendendo o lugar de opressão em que esse seguimento é colocado na sociedade, à escolha do tema partiu ao identificar a relação entre o tema e o Serviço Social, e a necessidade de aprofundamento do tema, no que tange a compreensão das ações que vem sendo direcionada às demandas dessa população.

Diante disso constata-se que objetivo geral tratou de produzir um estudo acerca lgbtfobia, a partir da visão dos integrantes do grupo de diversidade sexual do CRAS Timbaúbas em Juazeiro do Norte- CE, tendo em vista ter sido atendido, ao produzir um estudo acerca lgbtfobia a partir da visão dos integrantes do grupo de diversidade sexual disposta no CRAS, pois foi possível identificar essas marcas da lgbtfobia, que são cotidianas, dos diversos tipos de violência, em que torna alvo, através de arma de fogo, arma branca, espancamento e por asfixia, ou um simples sair de casa para comprar pão.

Em relação aos objetivos específicos que inicialmente, propositava, analisar de forma crítica e dialética sobre os fatores sócio determinantes que geram a homo-lesbo-transfobia, pode-se avaliar que foi contemplado, pois se identificou a necessidade de fazer esse apanhado a fim de identificar os porquês da lgbtfobia, descobrindo que é um compreensão complexa,

pois é algo arraigado, advinda de uma base de estrutura bem alicerçada, e seu contraponto identificar movimentos sociais que levanta-se contra essa estrutura.

Também, identificamos a posição do Serviço Social sobre as demandas da população LGBTI+, que se mostrou campo aberto para construção de uma agenda, referendada no Projeto ético-político e no código de ética da profissão. Avaliaram-se as Políticas Públicas destinadas a esse seguimento, a questão dos direitos destinados aos demandantes LGBT, com foco principal na política de Assistência Social e observou-se que é uma política que sofre transformações o longo da história e que possui desafios em relação às demandas desta população, partindo da visibilidade condicionada a vulnerabilidade social.

A resposta para a questão norteadora construída nesta pesquisa, “quem tem medo de lgbti+”, foi contemplada, identificando que a sociedade, a partir da cultura patriarcal, o machismo, como maior indicador da lgbtfobia.

O reconhecimento da existência da homo-lesbo-transfobia traduz o lugar de opressão destinado à população LGBTI+, impressa nas violações de direitos a ser superada no meio social. A violência é um dos maiores desafios e deve ser compreendido como tema central para o ativismo, a sociedade e o Estado, ao passo que é um problema do campo da segurança pública, e é necessário através de políticas públicas assegurarem direitos a esse seguimento, visto que existe um contexto do desrespeito, intolerância, vidas ceifadas por ódio, impunidade.

Identificou-se que a luta pela igualdade e direito à cidadania sempre foi recorrentes na trajetória histórica da sociedade brasileira, os sujeitos nessa construção são diversos, e partindo da compreensão que a sociedade está em constante transformação em vários aspectos, é necessário construir legitimidade a essa população, principalmente pela via de políticas sociais. Identificou-se também a questão do processo de solidão afetiva que sofre o lgbti+, a que tem impacto negativo, nesse grupo apesar de jovens, não vivenciam relacionamento como o de casamento, ou união estável.

A violência é um dos maiores desafios e deve ser compreendido como tema central para o Estado, ao passo que é um problema do campo da segurança pública, e é necessário através de políticas públicas garantir direitos a esse seguimento, visto que existe um contexto do desrespeito, intolerância, vidas ceifadas por ódio, impunidade, demandas que tendem a alargar, principalmente na conjuntura sombria que a política, a economia e a cultura estão experimentando no Brasil, que ideologiza a vida social e reproduz discursos de ódio contra

minorias sociais, revelando estar na contramão da construção de uma sociedade democrática de direito.

O público da grande parte de instituições, espaços sócio ocupacionais do profissional de Serviço Social, são cidadãos e grupos que muitas vezes se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos. O CRAS vem por meio das políticas sociais, buscam enfrentar a realidade da desigualdade social, combater e prevenir situações de vulnerabilidade social.

Compreendeu-se que existem grandes lacunas referentes ao papel do Estado, com a adequação de Políticas Públicas que verdadeiramente enfrente o preconceito e a discriminação por orientação sexual, porém identificamos avanços preciosos em algumas áreas, o que impõe a constatação, através das falas dos entrevistados, que a lgbtfobia é uma realidade e necessita ser criminalizada.

As implicações postas com os avanços de políticas direcionadas a esse público devem seguir a linha de dinâmica posta a sociedade, sendo que como foi bem abordado no trabalho, a população LGBTQ+, clama por essa visibilidade, no que tange o existir, os direitos garantidos, de proteção social, onde as ações no campo de políticas e projetos devem alcançar tamanha dinâmica.

Deste modo, acredita-se que avanços e retrocessos como foram retratados por este trabalhos estão inclusos na agenda daqueles que legislam no país, apesar do tenebroso governo que está no poder na atualidade. É necessário, portanto ampliar, buscando a garantia do princípio da universalidade, atingindo a todos de forma igualitária. Consolidando nesse processo, o democrático Estado de direito, honrando compromissos e respeitando contratos que não imponha novas dimensões e melhorias no tocante aos direitos.

As limitações da pesquisa giraram em torno do tempo destinado a pesquisa, as demandas diárias, fazem com que a pesquisa sofra certo descompasso, porém algo positivo foi a quantidade de pesquisadores que se debruçam sobre a causa e a atualidade do tema, pois ao tempo que esteve sendo construída essa pesquisa, o mundo, a política, a mídia enriqueceram esse processo, principalmente com a votação do STF, com a maioria dos votos favoráveis, a fim de criminalizar a lgbtfobia, ao termino deste trabalho ainda não se teve o processo final da criminalização, deixo aqui a possibilidade de estudo sobre esse processo.

Diante disso, aceno a população acadêmica e comunitária a conhecer a riqueza do conteúdo que está elencado nos capítulos apresentados, para que, compartilhando do mesmo conhecimento e aproximando-se da realidade apresentada, possamos contribuir para a valorização dessa temática contribuindo para o meio acadêmico com elementos pertinentes a

futuros estudos e pesquisa a fim de melhorar as formas de concretização de direitos a pessoa LGBTI+, a sociedade é beneficiada com o desenvolvimento desta pesquisa, por representar uma temática bastante discutida nos dias atuais, onde esta se caracteriza com constante crescimento populacional.



## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Paulo Correia de. **NENHUM DIREITO A MENOS**. In: Álbum Beleza e o Medo. Gravadora Deck. Rio de Janeiro. 2018.

AROUCA. A S. **Democracia e Saúde**. In Conferência Nacional de Saúde, Brasília. DF, 1986

AVELAR, Rezende Bruno de Avelar; BRAZ, Camio; FREITAS, Fatima Regina A.; MELLO, Luiz. **Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas**. UFG, Goiás, 2012. In. Rev. Soc. e Cult., Goiânia, v. 15, n. 1, .p. 151-161, jan./jun. 2012.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. Políticas Públicas para População LGBT no Brasil: apontamentos gerais de uma pesquisa inacabável. In: MELLO, Luiz et al. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar. Relatório de pesquisa. Goiânia: Ser-Tão –Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade/FCS/UFG, 2010

AZAMBUJA, D. Teoria geral do Estado. São Paulo: Globo, 1998.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de. Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Transformação Social no Brasil. Revista Multidisciplinar Da Uniesp, nº 09, Jun. 2010. Pags. 215 a 218.

ALMEIDA, Joao Ferreira, **BIBLIA SAGRADA, Edição de Promessas**, versão corrigida na grafia simplificada Rio de Janeiro, 2016.

BANDEIRA, L.. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. In: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL); Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Relatório Final do Projeto “Governabilidad Democrática de Género en América Latina y el Caribe”. Brasília: CEPAL; SPM, 2004. Disponível em [https://www.cepal.org/mujer/reuniones/quito/Lourdes\\_Bandeira.pdf](https://www.cepal.org/mujer/reuniones/quito/Lourdes_Bandeira.pdf): Acesso em: 11 de junho de 2019.

BATTINI. Odária. **SUAS. Sistema Único de Assistência Social em debate**. CIPEC, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. Trad. Sergio Milliet. 6º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. I, 1980.

BRAGA; L.L.CECILIO. O Trabalho do/a Assistente Social no Suas. Brasília: CEFESS, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 10 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília** : Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: . Acesso em: 27 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento/Ministério da Saúde**, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. Secretária Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.** Texto de difusão técnico-científica do Ministério da saúde, Brasília (DF), 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – SEDEST. Diário Oficial do Município, **PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS LGBT DE JUAZEIRO DO NORTE ANO 2019/2020.** Publicação em 08 de Fevereiro de 2019. Disponível em:< <https://juazeiro.ce.gov.br/Imprensa/Diario-Oficial/Num4923-08022019/> > Acesso em 03 de Junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT.** Brasília (DF), 2009.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. **Programa Brasil sem Homofobia.** Brasília: Câmara dos Deputados – Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, 2004. Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf) > Acesso em 02 de Junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Texto base da 1ª conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.** Brasília (DF), 2007.

\_\_\_\_\_. **Texto base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT.** Brasília (DF), 2011.

\_\_\_\_\_. **Texto base da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT.** Brasília (DF), 2016.

CAVALHEIRO, Andressa Fracaro. **O sistema de saúde no Brasil: considerações a partir do sistema de seguridade social.** Tempus Actas de Saúde Coletiva, v. 7, n. 1, p. Pág. 333-348 2013. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/viewFile/1300/1129>> Acesso em: 22 de Maio de 2019.

CARDOSO, Wladirson. **Antropologia do envelhecimento gay - experiências e vivências cotidianas de um grupo de quatro amigos homossexuais em processo de envelhecêcia.** Rev. NUFEN vol.6 no.1 Belém 2014.

CASTRO, Mary Garcia Castro; MAGALHÃES, Selma Reis; ABRAMOVAY Miriam. Vulnerabilidades, proteção e autonomia: direitos humanos e homoafetividade na escola: difíceis combinações. In: I Colóquio sobre Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente. Diversificação das infâncias e adolescentes na sociedade brasileira contemporânea de acordo com direitos sexuais e reprodutivos. Rio de Janeiro, 2011.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, José Carlos L. **ESPETÁCULO BR TRANS [manuscrito]:** Micropolíticas, Performances e Cartografias Queer / José Carlos Lima Costa. Goiania- 2017.

Dicionário Jurídico. Sexta 26 de Novembro de 2010. **Homofobia.** Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/dicionario-juridico, homofobia, 29696. html>>. Acesso em 27 de Maio de 2019.

DIOGENES, Juliana. **STF JULGA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NESTA SEMANA.** O Estadão de São Paulo. Publicado em 21 de Maio de 2019. Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,stf-julga-criminalizacao-da-homofobia-e-medicamentos-de-alto-custo-nesta-semana,70002837340> > Acesso em 21 de Maio de 2019.

DURIGUETTO, Ma. L. “**Conselhos de Direitos e intervenção profissional do Serviço Social**” in BRAVO, Ma. I. e MENEZES, J. S. B. Saúde, Serviço Social. Movimentos Sociais e Conselhos. SP: Cortez, 2012.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Revista Brasileira de Educação, 2003.

FLECHA, Renata Dumont. **Modernidade, contemporaneidade e subjetividade.** Sapere Aude,

Belo Horizonte, v.2, n.3, 1o sem., p.28-43, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/2264>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Historia da Sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Eduardo Alfonso Cadavid. Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos. São Paulo: Atlas, 1998

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **A categoria instrumentalidade do Serviço Social no quacionamento de pseudo problemas da/na profissão**. Construindo o Serviço Social, Bauru, n. 3, p. 9-29, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1995.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

G1.com. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. São Paulo. Publicado em 18 de Junho de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais.ghtml>> Acesso em 15 de Maio de 2019.

G1.com. **Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará**. Ceará. Publicado em 07 de Março de 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>> Acesso em 10 de maio de 2019.

HOLLANDA, Chico Buarque. **Geni e o Zepelim**. In: LP História da música popular brasileira: grandes compositores. Faixa 5, lado B, nº 60917229 Polygram. São Paulo: 1982.

\_\_\_\_\_. **Flor da idade**. Álbum gravado ao vivo do Show Chico Buarque e Maria Bethânia, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço social**. São Paulo. Editora Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. Ed. São Paulo: Cortes, 2005.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos**. 2ª ed. Brasília, DF: Estação chuvosa, 2012.

LE BOTERF, Guy. (1984). **Pesquisa participante: Propostas e reflexões metodológicas**. In: Brandão Carlos Henrique. et. al. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense.

MENDES, Leo. **A história do movimento homossexual brasileiro**. Retirado de: <http://lgbtt.blogspot.com.br>. Publicado em: 2010. Data do acesso: 20/12/18.

MARRO, Katia Iris. **Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária**. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 317-340, jul./dez. 2011.

MISKOLCI, Richard. **Não somos, queremos - reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea**. In: Colling, Leandro. (Org) Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011.

MENDES, Sandra Magrine Ferreira. **Homossexualidade: A concepção de Michel Foucault em contraponto ao conhecimento neurofisiológico do século XXI**. Anhanguera educacional S.A. Encontro Revista de Psicologia, vol. XI, Nº 16. São Pulo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. S. **As tendências da política de Assistência Social. O Suas e a formação profissional**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) O mito da assistência social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. 2º edição, São Paulo, Cortez, 2008.

MOTT, Luiz. **Crônicas de um gay assumido**. Ed. Saraiva. Rio de Janeiro: Record. 2003.

NARDI, Henrique Caetano. **RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: COMPREENDENDO O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO CONTEMPORÂNEO**. ED. MERIDIONAL LTDA, Porto Alegre: Sulina, 2013.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

\_\_\_\_\_. (2010). **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15a. ed. São Paulo: Cortez (2010). Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15a. ed. São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PEREIR, Silvero. **BR Trans**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2016.

PINTO, Tales Dos Santos. **"O que é ditadura militar?"**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-ditadura-militar.htm>>. Acesso em 27 de maio de 2019.

PINTO, Tales Dos Santos. **"O que é Era Vargas?"**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-era-vargas.htm>>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

POLITIZE. **Conheça a história do movimento pelos direitos LGBT**, 2017. Disponível em: . Acesso em 3 de Junho de 2019.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. Potyara A. P. Pereira-2. ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

REZENDE, Humberto. **Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais**. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>> Acesso: 08 de março 2019.

RIBEIRO, Jessyca Kaline Auguto. **Assistência Social para quem? Uma análise acerca do atendimento as populações LGBT no âmbito do CREAS, do Município de João Pessoa-PB**. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Rio Grande do Norte. Natal – RN, p. 26.2014.

SANTOS, Fabio. **Homossexualidade não é doença segundo a OMS**. Terra. Disponível em<<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/ha-21-anos-homossexualismo-deixou-de-ser-considerado-doenca-pela-oms.html>> Acesso em 14 de Maio de 2019.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **SUAS. Sistema Único de Assistência Social em debate**. CIPEC, 2007.

SILVA, M. O. da S. e; ARAÚJO, C. C.; LIMA, V.F. S. de A. **Implantação, implementação e condições de funcionamento do Suas nos municípios**. In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 2012). COUTO, Berenice Rojas et al. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010, cap. 3, p. 88-113.

SILVA, M. A. (org.) et al. **Gênero, sexualidade, educação e conhecimento**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 3. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

UNICEF BRASIL. **"Declaração Universal dos Direitos Humanos"**. Disponível em <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html)>. Acesso em 27 de maio de 2019.

VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1980.

VENTURA, Deisy. **Monografia jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

YASBECK, Maria Carmelita. **Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social**. Cadernos ABONG, n. 19. Out. 1997.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009..

## APÊNDICES



**APÊNDICE A : TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE  
ESCLARECIMENTO**

Esta pesquisa intitulada: **QUEM TEM MEDO DE LGBTI+?: Um estudo da lgbtfobia a partir da visão do grupo de Diversidade Sexual do CRAS Timbaúbas em Juazeiro do Norte- CE**, desenvolvido pelo acadêmico FRANCISCO ALYSSON DIAS DE MEO, do Curso de Serviço Social do **CENTRO UNIVERSITÁRIO LEÃO SAMPAIO**, tem por objetivo produzir um estudo acerca da lgbtfobia na visão do grupo de diversidade sexual do CRAS Timbaúbas.

A participação na pesquisa deverá ser realizada de forma voluntária e caberá ao senhor/senhora decidir se irá participar da pesquisa, respondendo às perguntas que será realizada durante a entrevista. A coleta de dados ocorrerá através de entrevista com perguntas semiestruturada, mantendo a ética e integridade física e moral do participante.

O acadêmico estará à disposição para responder a qualquer dúvida, prestando total esclarecimento que for necessário sobre o processo da pesquisa, bem como seu professor orientador.

Diante disso, declaro estar devidamente esclarecido sobre a pesquisa a ser realizada e dou meu consentimento para participar da mesma, autorizando o uso dos dados na publicação dos resultados obtidos.

Juazeiro do Norte – CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
**FRANCISCO ALYSSON DIAS DE MELO**



**APÊNDICE B: CENTRO UNIVERSITÁRIO LEÃO SAMPAIO  
ENTREVISTA**

**01. Gênero:**

Feminino     Masculino

**02. Orientação Sexual:**

Heterossexual     homossexual     Bissexual     Transgênero

Travesti     Lésbica     outros, qual \_\_\_\_\_

**03. Idade:**

Entre 15 e 20 anos     Entre 21 e 30 anos     Entre 30 e 40 anos     50 ou mais

**04. Estado civil:**

Solteiro (a)     Viúvo (a)     União Estável     Casado (a)

**05. Escolaridade:**

Alfabetizado     Ensino Médio     Ensino Fundamental     Ensino Superior

**06. Como se aproximou das temáticas de gênero e sexualidade? Houve algum impacto na sua ao participar do grupo?**

**07. Como você avalia o preconceito contra a população lgbt?**

**08. Como você avalia a importância da família na questão da lgbtphobia?**

**09. Já sofreu preconceito por sua orientação sexual, ou conhece alguém que sofreu? Descreva.**